

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Setor de transporte de cargas registra alta no e-commerce

MIRIAM HERMES

Essencial para manter o abastecimento da população com produtos de primeira necessidade durante a pandemia, o setor de transportes de cargas tem realidades diferentes nas diversas regiões da Bahia, com o crescimento no setor do e-commerce e a retração nas cargas da fruticultura.

Como impacto direto da redução de negócios no estado, a estimativa global de perdas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) é de R\$ 3,8 bilhões.

A informação é da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), com projeção para os próximos seis meses, que destaca que a fiscalização nas estradas segue normal, com a adoção dos cuidados sanitários cabíveis.

"Tivemos uma redução de 68% nas nossas atividades

sua parte", disse, reclamando dos efeitos negativos sobre a economia.

Também os transportadores de frutas produzidas em algumas regiões da Bahia, como Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Juazeiro, contabilizam prejuízos. "No mês passado a redução no número de fretes foi de cerca de 80%", conforme o empresário Belmiro Helmuth.

Helmuth suspendeu o contrato de quatro motoristas e seis ajudantes para equilibrar as contas. "Não tive outra saída", lamentou, acrescentando que a média era de 18 a 20 viagens por mês neste período de 2019, mas em março fizeram duas e, em abril, seis viagens. "Agora, como pago as minhas contas?", indagou.

Fretes

Gerente de transportadora, João Felipe Andrade viu o movimento cair em 30% a

"Mas, por outro lado, tivemos um aumento entre 20% a 25% para fretes de compras feitas pela internet", disse. Ele destacou que as pessoas tiveram que ficar em casa, para evitar a contaminação pelo vírus, e passaram a comprar diretamente dos portais em outros mercados. "Isso foi bom para a nossa empresa, que não demitiu nenhum funcionário", comemorou.

Já o transporte entre as fazendas produtoras de soja situadas nos municípios do extremo oeste da Bahia não foi afetado. "Isso porque a colheita não parou nenhum dia e mantivemos nosso ritmo normal", afirmou satisfeito o carreteiro Vargas Mendonça.

Ele salienta que a principal dificuldade enfrentada pela categoria foi durante as semanas em que a maioria dos municípios adotou medidas como manter restaurantes e

nos últimos dois meses, mas, apesar do fraco movimento, por enquanto mantemos toda a nossa equipe, com esperança que logo voltem ao normal", revelou o empresário Valmir Fagundes, que atua entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Fagundes atribui a queda no movimento da transportadora às medidas de isolamento social adotadas por estados e municípios para evitar a disseminação do novo coronavírus. "Tudo por causa de brigas políticas. O certo é que todos tivessem coerência e cada qual fizesse

desde março, principalmente nos fretes entre as indústrias e as empresas varejistas de São Paulo e Goiânia para os municípios do interior da Bahia.

lanchonetes fechados. "Chegamos a passar fome, com o dinheiro no bolso", asseverou. "Mas toda esta problemática foi resolvida nas últimas semanas", diz.

Estimativa de perdas na arrecadação do ICMS é de R\$ 3,8 bilhões

ECONOMIA**Fazendários rechaçam declaração de Paulo Guedes sobre servidores**

A diretora do Sindsefaz, Marlúcia Paixão, comentou a declaração do ministro

Moacy Neves, Salvador | 29/04/2020 às 11:23



Marlúcia

Foto: Divulgação

O Sindicato dos Fazendários da Bahia (Sindsefaz) repudia veementemente as palavras do ministro Paulo Guedes, que continua insinuando que os servidores públicos são privilegiados e “parasitas”. Em coletiva ao lado do presidente da República, nesta segunda (27), o titular da pasta da Economia declarou: “O servidor público não vai ficar em casa trancado com geladeira cheia e assistindo a crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego”. E sugeriu que o funcionalismo fique sem reajuste de salário em 2020 e 2021.

Para a entidade, a fala do ministro visa colocar o funcionário público, mais uma vez, como vilão da crise. “É um injusto ataque contra um segmento formado por homens e mulheres que estão enfrentando o coronavírus para salvar vidas, nas ruas (policiais), nos hospitais (servidores da saúde), nos postos fiscais, volantes e repartições (fazendários), entre outros”, diz a diretora do Sindsefaz. Marlúcia Paixão, que também é vice-presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) informa que o próprio governo federal elencou diversos serviços públicos como essenciais durante o período de pandemia.

Marlúcia lembra que os servidores públicos baianos estão há 6 anos sem reajuste e acumulam perdas de 32% dos seus vencimentos. Para ela, o ministro Paulo Guedes desvia o foco para não debater a cobranças por medidas que atinjam os verdadeiros privilegiados do país. “Há 206 bilionários brasileiros, que são donos de metade da riqueza nacional, que pagam menos impostos que um trabalhador que ganha R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil por mês”, diz ela. A sindicalista denuncia que enquanto o trabalhador tem desconto de imposto de renda de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5% no seu salário, os grandes empresários no Brasil estão isentos de taxaço dos valores que recebem a título de lucros e dividendos. an>

Para o Sindsefaz, em vez de eleger o servidor como alvo, o governo Bolsonaro deveria mudar sua política econômica para salvar o país do caso social, pois mesmo antes da pandemia de covid-19 caminhávamos para uma paralisação, com desemprego alto, queda nas vendas de varejo e dólar disparado, já acima de R\$ 5,00. “Enquanto os principais países do mundo aumentam o gasto social e fortalecem o Estado para proteger vidas, manter empregos e sair da crise com capacidade para retomar o crescimento econômico, o Brasil mantém-se preso a uma política fiscalista que só favorece bancos e especuladores”, afirma Marlúcia Paixão.

A fazendária diz que o governo da Alemanha aplicará 35% do PIB de recursos do tesouro para salvar sua economia e garantir o trabalho durante a pandemia de coronavírus, o Reino Unido aplicará 17% e os EUA 12%. “Na contramão do mundo, o Brasil investirá apenas 7% do seu PIB, pois na política econômica regressiva e de morte do Palácio do Planalto, vidas e empregos são o que menos importa”, finaliza.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/04/2020	Caderno: Economia



30 de abril de 2020 | 07:21

Deputado Zé Cocá pede ampliação de prazo para pagamento de IPVA

BAHIA

Considerando problemas causados pela pandemia do coronavírus, com redução das atividades econômicas, desempregos e queda de renda da população, o deputado estadual Zé Cocá (PP) encaminhou indicação ao governador Rui Costa reivindicando alteração no calendário e ampliação dos prazos para pagamento do **Imposto de Propriedade de Veículo Automotor (IPVA)**, licenciamento anual e multas. O deputado solicitou ao governador que determine à **Secretaria Estadual da Fazenda** adotar essas medidas em caráter de urgência.

Zé Cocá destaca na justificativa de sua indicação as inúmeras dificuldades de ordem social e econômica pelas quais passa a maioria da população baiana, com a diminuição de renda e receita, e em alguns casos com a perda de empregos, gerando um enorme contingente de desalentados. Ele avalia que “nesse momento de crise, muitos proprietários de veículos automotores terão dificuldade para pagar o IPVA, a Taxa de Licenciamento e eventuais Multas, e se tiverem que optar entre comprar alimentos para a sobrevivência de suas famílias e ter que pagar os referidos impostos, sem sobra de dúvida farão a primeira opção”.

Veículo: Bahia Já	
Data: 30/04/2020	Coluna: Política



BAHIA - ICMS cresce no primeiro trimestre de 2020, apesar do COVID-17

Em comparação ao mesmo período de 2019, a arrecadação total do trimestre deste ano apresentou um crescimento real de 0,31%

A redução da atividade econômica por força das medidas de isolamento social para combater o coronavírus ainda não apresentou impactos negativos sobre a arrecadação do ICMS na Bahia. De acordo com análise feita pela Diretoria de Assuntos Econômicos e Financeiros do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), em comparação ao mesmo período de 2019, a arrecadação total do trimestre deste ano apresentou um crescimento real de 0,31%.

Segundo Ricardo Alonso, vice-diretor do IAF e responsável pelo estudo, a explicação para esse fenômeno é que a arrecadação do mês reflete a movimentação econômica do mês anterior. “O resultado da arrecadação corresponde sempre às atividades do mês anterior. Sendo assim, o que se arrecadou em março de 2020 corresponde à movimentação de fevereiro, quando ainda não haviam sido implantadas as medidas de combate ao coronavírus. Portanto, ainda não sentimos mudança no comportamento da arrecadação do ICMS”, explicou.

Segundo a análise, a arrecadação total foi segregada por três segmentos econômicos: utilidade pública, indústria e comércio. No segmento utilidade pública, que abrange os subsegmentos abastecimento de água, comunicações, energia elétrica e serviços de transporte, os dois subsegmentos mais representativos são comunicações e energia elétrica. Observou-se no total do segmento um crescimento real de 1,21% na arrecadação de 2019 para 2020. A queda de arrecadação do subsegmento Comunicações, que vem ocorrendo desde o ano de 2018, foi compensada pelo incremento de arrecadação do subsegmento Energia Elétrica. O segmento Comércio, que possui os subsegmentos Atacadista, Supermercados e Varejista, apresentou um crescimento real de 1,68% no primeiro trimestre de 2020, com destaques positivos para Atacadistas de alimentos e bebidas (+14,5%) e supermercados (+11,83%), e destaque negativo para varejistas de tecidos e confecções.

Já no segmento indústria, com os subsegmentos mais representativos no trimestre como Bebidas-cerveja, Química e Petróleo-extração e refino, o quadro foi diferente. Esse segmento já apresentou os reflexos negativos do coronavírus, motivado principalmente pela queda de arrecadação do subsegmento petróleo, o mais representativo. A queda de 6,38% na arrecadação no primeiro trimestre de 2020 derrubou toda a arrecadação do segmento em 1,21%. “É importante ressaltar que a expectativa de arrecadação desse importante subsegmento para abril não é nada favorável, haja vista a crise internacional sem precedentes pela qual o mercado de petróleo vem atravessando, com queda de preços nunca antes visto”, alertou.

Ainda de acordo com Ricardo Alonso, apesar da notícia positiva sobre o comportamento da arrecadação do ICMS, a arrecadação de abril, que reflete a atividade do mês de março, provavelmente já apresentará os efeitos negativos do isolamento social e da redução da atividade econômica. “É esperada uma queda significativa na arrecadação de todos os segmentos, e aliado a isso, a crise sem precedentes no mercado internacional de petróleo, que levou os contratos futuros a serem negociados a valores negativos. Fato sem precedente na história”, lembrou.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 30/04/2020	Página: A2

Produtividade na indústria cresce 0,6%

Mesmo antes dos efeitos da pandemia, a indústria baiana já havia manifestado recuo na produtividade do trabalho, com um índice de 0,6% registrado em 2019, com perspectivas de queda acentuada a partir da expansão do coronavírus em fevereiro.

Como convém e já é tradição no modelo econômico vigente, o excesso de estoque joga contra a produtividade, como ocorreu ano passado, além da crise econômica na parceira de negócios, a Argentina.

Os números constam do documento Produtividade na Indústria, divulgados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb): foi o segundo ano consecutivo de crescimento abaixo de 1%.

– Os primeiros impactos negativos sobre a economia brasileira devem aparecer já nos dados de março, quando foram adotadas medidas de isolamento social no país por tempo indeterminado, observa o documento, relacionando à provável queda nos números à decisão de poupar vidas por parte de governos e prefeituras.

A produtividade do trabalho é a razão entre o volume produzido e as horas trabalhadas na produção. Em 2019, a quantidade de bens produzidos pela indústria de transformação quase não variou (0,2%), enquanto as horas trabalhadas apresentaram queda de 0,5%.

No ano passado, apesar da recuperação da demanda interna, os estoques em níveis acima do desejado reduziram o estímulo à produção com o objetivo de não afetar os preços e a maximização de lucros.

Do lado externo, a crise na economia argentina reduzia a demanda por produtos manufaturados brasileiros, e tensões comerciais aumentavam as incertezas. Esse cenário contribuiu para o comportamento oscilante da produção industrial e a retomada vagarosa do investimento.

COVI-19 Na Bahia, medida atinge mais de 300 municípios que realizam festejos de Santo Antônio, São João e São Pedro

CANCELAMENTO DAS FESTAS JUNINAS TERÁ FORTE IMPACTO ECONÔMICO

MIRIAM HERMES

A pandemia, que já afetou grande parte dos setores que movem a economia baiana, provoca mais um impacto negativo com o cancelamento dos festejos juninos em todo o estado, depois que os municípios com maior tradição nesses eventos já tinham cancelado suas festas.

A medida foi anunciada pelo governador Rui Costa, não apenas para evitar aglomerações e a consequente transmissão do novo corona-

ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

Medida foi anunciada pelo governador Rui Costa para evitar aglomerações e focar todos os esforços na aplicação dos recursos públicos na prevenção

do, esse número será maior ainda", avaliou o produtor artístico Pedro Nunes.

Já para o médico sanitário Alfredo Gusmão, todas as medidas adotadas para mitigar a transmissão da Covid-19 são bem-vindas e se fazem necessárias. "Todos precisam se conscientizar da importância de reduzir o contato entre as pessoas, e as festas são o oposto disso", argumentou.

Distribuição de renda
O economista e professor de

economia da Ufba Armando Avena disse ontem que o reflexo do cancelamento dos festejos juninos vai tornar mais difícil a sobrevivência de muitas famílias, trabalhadores autônomos e empresas, que têm renda certa neste período do ano.

Ele lembrou que o ambiente cultural das comemorações movimenta o mercado artístico, atraindo milhares de turistas, e que em cidades de porte médio, como Amargosa, Senhor do

Bonfim, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Pirituba, a população visitante chega a se igualar à população da cidade.

Mais atingidos

Os principais segmentos atingidos são restaurantes, hotéis, agências de viagens, mercado imobiliário, serviços como decoração e produção artesanal de comidas e bebidas típicas e o comércio de alimentos, revendedores de bebidas, roupas, cal-

çados e combustíveis, bem como autônomos, agências e guias de turismo.

Embora concorde com a importância das medidas, o administrador de pousada em Senhor do Bonfim, Fábio Guimarães, prevê que será difícil atravessar esta fase. "Ainda mais que o movimento já está fraco e muitos locais não recebem um hóspede há cerca de dois meses. Já tivemos demissões e avaliamos reduzir ainda mais a nossa equipe", lamentou.

virus em grande escala, mas também para focar todos os esforços na aplicação dos recursos públicos (estaduais e municipais) para prevenção e no tratamento dos doentes.

No estado, mais de 300 municípios realizam os festejos de Santo Antônio, São João e São Pedro, mobilizando milhares de pessoas e diversos segmentos na produção e na participação dos eventos. O decreto relativo à decisão de abrangência estadual ainda está em elaboração e deve ser publicado em maio.

A estimativa de um conjunto de órgãos que operam em estradas e no deslocamento marítimo na Bahia é que, no período, mais de um milhão de soteropolitanos saem da capital em direção ao interior do estado. Número semelhante de pessoas circula entre os municípios em busca dos eventos juninos.

No início de abril, quando alguns municípios já sinalizavam a suspensão dos festejos, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-BA) estimava uma retração de 23% nas vendas, especialmente em setores ligados diretamente ao São João.

Em valores calculados pela entidade, o prejuízo ultrapassa R\$ 275 milhões só na 2ª quinzena de junho. "Considerando que o cancelamento de grandes festas agora alcançou todo o esta-



Em junho, mais de um milhão de soteropolitanos saem da capital ao interior e número semelhante de pessoas circula entre municípios

Diocom FMB/20.6.2020

COVID-19 Ministro disse ontem que o acordo com o Senado para enviar recursos para o socorro financeiro está próximo de ser concluído

GUEDES: R\$ 130 BI PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

Paulo Guedes defendeu ontem que o acordo com o Senado para enviar R\$ 130 bilhões para o socorro aos estados e municípios está próximo de ser concluído. Ele disse que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, compreendeu a necessidade de estabelecer uma contrapartida de estados e municípios para receber os recursos da União, no projeto de lei.

A contrapartida é que não haverá aumento de salários de servidores por 18 meses. "Se nós mandamos R\$ 120 bilhões, R\$ 130 bilhões, extraordinariamente, em alta velocidade, para estados e municípios, esse dinheiro não pode virar aumento de salário. Senão estaríamos nos disfarçando sob o manto de uma crise para fazer um excesso eleitoral, para



Invariato S4/ AFP Photo/ 05.04.2020

Paulo Guedes fez uma transmissão pela internet, organizada pelo setor varejista

gastarmos, para fazermos aumento no funcionalismo no meio de uma crise extraordinária, em que milhões de brasileiros estão perdendo emprego", disse o ministro, em uma transmissão pela internet, organizada pelo setor varejista.

Guedes disse que "estão excecionados" dessa vedação de aumento de salários "médicos, enfermeiros" e profissionais da área de saúde em geral. Segundo técnicos do Ministério da Economia, será possível criar uma gratificação limitada ao período da calamidade e vinculada a ações de combate à covid-19.

O ministro defendeu ainda redução no tamanho das reservas internacionais para diminuir a dívida bruta.

Guedes disse ainda que na 3ª-feira esteve em reunião com o presidente Jair Bolsonaro e foi discutido o plano de privatizações do governo. Segundo o ministro, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, mostrou que o Brasil tem ativos imobiliários (propriedades) que superam o valor de R\$ 1 trilhão, além de R\$ 900 bilhões em empresas estatais. "Temos uma dívida de R\$ 4 trilhões e quase R\$ 2 trilhões em

ativos. Se acelerarmos as privatizações e a venda de imóveis, também podemos reduzir a dívida", disse.

Mais competição

O ministro afirmou que é preciso ter mais competição no "andar de cima" da economia, citando bancos e empreiteiras. Para o ministro, com mais competição e consequentemente mais produtividade, os salários dos trabalhadores vão subir e será possível "criar um mercado de consumo de massa". "Já foi ensaiado [criar um mercado consumidor de massa] duas ou três vezes,

mas não teve sustentação, porque não foi ensaiado em cima da produtividade, da acumulação de capital, dos impostos mais baixos, da maior geração de emprego. Ele foi sempre ensaiado só jogando um chuveirinho de dinheiro para o mais pobre", argumentou.

"Não queremos dar chuveirinho de dinheiro. Já temos FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] duas vezes, agora demos o auxílio emergencial", acrescentou. Segundo ele, essas medidas ajudam, mas somente o aumento de produtividade será eficiente.

Previsão de crescimento agropecuário cai para 2,4%

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta que o setor agropecuário deve crescer 2,4% em 2020. A previsão é 1,4 ponto percentual abaixo da avaliação anterior (3,8%). "Mesmo com essa redução, o desempenho é muito superior em relação aos demais setores da economia, que vivem um momento recessivo causado pela pandemia de Covid-19", assinala nota do Ipea.

Segundo Boletim Agro, divulgado pelo instituto ontem, a principal razão para a redução de estimativa está no recuo da produção de soja por causa queda da colheita do grão no Rio Grande do Sul, conforme já detectado pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do feito pelo IBGE.

A produção nacional de soja tinha aumento estimado em 10,4% para o ano. Esse desempenho será de 6,4%, quatro pontos percentuais abaixo conforme os novos cálculos.

No conjunto dos produtos agrícolas, o crescimento

previsto caiu de 4,5% para 2,8%. A produção de cana-de-açúcar deverá crescer 1,4%, mais de um ponto percentual abaixo do inicialmente esperado (2,5%). Nesse cenário generalizado de queda, chama atenção o aumento da produção de café, que teve a projeção de crescimento elevada de 14,2% para 15,4%.

A avaliação considera que a recessão trará impactos especialmente a produção de carne. A previsão de taxa de crescimento desse segmento caiu de 3,5% para 1,1%.

Salvador e a flexibilização do isolamento

A taxa de crescimento do número de casos de Covid-19 em Salvador está mais elevada que a média nacional e, mantida nesse patamar, ao final de maio a demanda por leitos de UTI será maior que o estoque disponível.

Isso significa que o isolamento, bem como o uso de máscaras, permanece sendo fundamental para evitar a ampliação do número de mortes. Portanto, o prefeito ACM Neto agiu corretamente ao não atender aos apelos de muitos empresários que desejavam abrir parcialmente o comércio já no próximo dia 4 para aproveitar o Dia das Mães.

Neto resistiu, mas deve anunciar nesta quinta-feira uma flexibilização para o dia 11 de maio, permitindo a abertura de algumas lojas e dos shopping centers, desde que em horário reduzido e com a adoção de medidas sanitárias rígidas. A flexibili-

zação dará um alívio aos empresários, afinal o isolamento vai completar 45 dias e tem sido desastroso para milhares de pequenas empresas, especialmente no setor de comércio e serviços, mas precisa ser restrita e localizada para que não se perca o que foi alcançado até aqui.

Não se pode esquecer que nos bairros periféricos o percentual de pessoas que cumprem o isolamento já é baixo e a abertura de lojas vai reduzir essa proporção em ou-

tros bairros. O exemplo de Blumenau é ilustrativo: uma semana após abrir shoppings e restaurantes, a cidade viu o número de casos subir 28% em 24 horas. Ou seja: é melhor conviver um pouco mais com o isolamento e sair dele de forma segura do que ter de enfrentar um lockdown imprevisível.

O mesmo raciocínio serve para o estado, cuja taxa de crescimento médio dos casos de Covid-19 está um pouco abaixo da média nacio-

nal, mas em algumas localidades fica bem acima da média.

Este economista não está alheio à situação das empresas baianas que, sem faturar, estão tendo de buscar empréstimos junto aos bancos e, além de arcar com juros extorsivos, seguros e taxas, ainda pagam o registro em cartório. Por isso, é preciso mais empenho do governo federal na liberação de crédito.

É preciso também que o governo do estado e a prefeitura de Salvador, que não podem abrir mãos dos impostos neste momento, estejam cientes de que, passada a pandemia, terão de adiar e parcelar tributos para que os empresários possam recompor suas finanças. Mas a verdade é que estamos em guerra e contra um inimigo que está matando 500 brasileiros por dia, por isso é preciso um esforço de guerra por parte de todos.

Crescimento de casos de Covid-19 em Salvador é maior média nacional

Na pandemia, é preciso mais empenho do governo federal na liberação de crédito

O comércio entende

O presidente da Fecomércio-BA, Carlos Andrade, sempre foi um homem ligado à saúde e, tanto no comando da antiga rede de farmácias Estrela Galdino como agora, considera a saúde o bem maior. Mesmo preocupado com a situação dos pequenos empresários, compreende que é mais prudente esperar um pouco para flexibilizar o comércio. Mas lem-

bra que as empresas chegam ao limite, há 45 dias com despesas e sem faturamento.

Segundo ele, o endividamento e o número de títulos protestados está crescendo e o Sebrae estima que mais de 600 mil empresas já fecharam no Brasil. A Fecomércio-BA apoia o combate à Covid-19, mas lembra que o comércio e serviços precisam retomar as atividades.

Testes nas empresas

A possibilidade de as empresas passarem a testar seus funcionários, e assim permitir o isolamento dos que estiverem contaminados e a volta ao trabalho daqueles que testarem negativo, deveria ser apoiada pelos governos. Os testes rápidos detectam a presença de anticorpos no sangue e podem identificar os que estão com a infecção ativa há alguns dias,

incluindo casos assintomáticos, e também os que já tiveram a doença de forma assintomática e se curaram. Não é a solução ideal, afinal ainda há dúvidas sobre a imunização, mas, se a medida for adotada juntamente com o uso de máscaras e dos demais cuidados sanitários indispensáveis, pode ser uma boa alternativa para viabilizar o retorno ao trabalho.

CURTAS

Dívida de empresas mais afetadas soma R\$ 900 bi

A dívida total das empresas mais afetadas pela pandemia de Covid-19 no Brasil soma R\$ 900 bilhões. Desse total, R\$ 556 bilhões são dívidas com o sistema finan-

ceiro nacional, informou ontem o diretor de fiscalização do Banco Central, Paulo Souza, em entrevista, transmitida pela internet, para apresentar o Relatório

de Estabilidade Financeira. De acordo com Souza, os setores mais afetados são comércio, serviços, transporte, indústria de transformação, eletricidade e gás.

Déficit nas contas públicas deve chegar a R\$ 600 bi

Devido aos gastos extras para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e a queda de receitas, o déficit nas contas públicas deve se aproximar de R\$ 600 bilhões este

ano, valor correspondente a cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Previsão foi divulgada ontem pelo Tesou-

ro Nacional. Se a estimativa se confirmar, será o maior déficit primário (despesas maiores que as receitas, sem considerar o cálculo os gastos com juros) já registrado.

Veículo: Site A Tarde	Caderno: Política
Data: 29/04/2020	Página: --

A TARDE

Qua , 29/04/2020 às 19:33 | Atualizado em: 29/04/2020 às 19:35

Braga Netto e Guedes afirmam compromisso com responsabilidade fiscal

Agência Brasil

Os ministros da Casa Civil, general Braga Netto, e da Economia, Paulo Guedes, disseram-se nesta quarta-feira, 29, comprometidos com o equilíbrio fiscal. Os dois negaram divergências em relação ao programa Pró-Brasil, plano de investimentos federais anunciado por Braga Netto há uma semana e disseram que, depois do fim da crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, o governo continuará empenhado na agenda de reformas.

“Em nenhum momento, pensou-se em sair do programado, sair do trilho, como diz meu amigo Paulo Guedes, [em sair] do programado pela Economia. Quem dá esse caminho, se é possível ou não [ampliar investimentos públicos], é a Economia. Quem vai decidir o que priorizar é o presidente”, disse Braga Netto.

O ministro da Casa Civil explicou que o programa Pró-Brasil, que prevê investimentos públicos de R\$ 30 bilhões e investimentos privados de R\$ 250 bilhões em projetos de infraestrutura nos próximos três anos, foi elaborado para unificar projetos dos ministérios e evitar brigas por recursos entre as diversas pastas.

“O programa surgiu porque ministros começaram a me procurar para apresentar programas para a retomada do crescimento”, explicou Braga Netto. De acordo com o ministro, Guedes não compareceu à primeira reunião de discussão do Pró-Brasil porque, até o momento, não há valores definidos para os projetos. “O programa foi feito para evitar que cada ministro fosse à Economia, brigar cada um por seu pedaço”, declarou o general.

Entrosamento

Logo após a fala de Braga Netto, Guedes ressaltou o entrosamento da equipe de governo. “A Casa Civil tem um papel de coordenar os ministérios e de levar demandas setoriais ao presidente Bolsonaro. Só então entra a parte orçamentária”, disse Guedes.

“A integração que ele [Braga Netto] faz tem uma moldura, que é o programa que elegeu o presidente Bolsonaro, no plano de transformação do Estado e de descentralização de recursos”, disse Guedes. O ministro da Economia acrescentou que a relação entre ele e Braga Netto é harmoniosa e que os dois, embora não se conhecessem pessoalmente antes do governo, tinham “relações antigas”, por meio de familiares.

Estados

Assim como havia dito em transmissão ao vivo com investidores nesta manhã, Guedes reafirmou a confiança no acordo com o Senado para a aprovação do pacote de socorro de R\$ 130 bilhões aos estados, com a contrapartida de congelamento do salário dos

servidores públicos por dois anos. Segundo o ministro, a contrapartida é essencial para manter o compromisso com o equilíbrio fiscal após o fim da pandemia.

“O presidente do Senado aprova agora essa descentralização de recursos com uma contrapartida do funcionalismo. Quer dizer, não havendo esse aumento [nos salários], nós não teremos uma despesa adicional de R\$ 130 bilhões, em todos os níveis, federal, estadual e municipal”, disse.

Guedes assegurou que, pela proposta, profissionais diretamente envolvidos no enfrentamento ao novo coronavírus poderão ter os salários aumentados nos próximos 18 meses, mas que as categorias restantes terão os salários congelados. “Os profissionais na linha de combate, como os médicos, enfermeiros, pessoal de saúde, policiais, a turma que está na linha de combate, é uma exceção. Durante o período da pandemia, eles estão lá. Se o governo precisar reforçar, contratar mais enfermeiro, dar aumento de salário, ele pode fazer isso, mas não o resto”, explicou.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 30/04/2020	Página:

Correio*

LIVE: SEBRAE BAHIA ORIENTA SOBRE ACESSO A CRÉDITO

OPORTUNIDADE O Sebrae Bahia realiza hoje, às 9h45, a live Hora do Crédito com a Desenhahia: Linhas de Crédito para pequenos negócios. Participarão Marko Svec, Agenor Martinelli e Emerson Cardoso, dos bancos do Brasil, Desenhahia e Banco do Nordeste.

O objetivo é levar aos empreendedores baianos orientações sobre as principais linhas de crédito disponibilizadas em meio à pandemia.

A analista da Unidade de Gestão de Portfólio do Sebrae Bahia, Liliane Rocha, destaca que as lives trazem a oportunidade para que os empresários identifiquem a linha de crédito mais factível à realidade do seu negócio. No entanto, ela alerta que, mesmo diante do cenário de pandemia, os bancos continuam solicitando informações para a sua análise de risco. As lives ficam salvas no IGTV do @sebraeatende.

Socorro a estados será de R\$ 130 bilhões

GOVERNO O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ontem que o acordo com o Senado para enviar R\$ 130 bilhões para o socorro aos estados e municípios está próximo de ser concluído. Ele disse que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, compreendeu a necessidade de estabelecer uma contrapartida de estados e municípios para receber os recursos da União, no projeto de lei.

A contrapartida é que não haverá aumento de salários de servidores por 18 meses.

“Se nós mandamos R\$ 120 bilhões, R\$ 130 bilhões, extraordinariamente, em alta velocidade, para estados e municípios, esse dinheiro não pode virar aumento de salário. Se não estaríamos nos disfarçando sob o manto de uma crise para fazer um excesso eleitoral, para gastarmos, para fazermos aumento no funcionalismo no meio de uma crise extraordinária, em que milhões de brasileiros estão perdendo emprego”, disse o ministro, em uma transmissão pela

internet, organizada pelo setor varejista.

Guedes disse que “estão excetuados” dessa vedação de aumento de salários “médicos, enfermeiros” e profissionais da área de saúde em geral. Segundo técnicos do Ministério da Economia, será possível criar uma gratificação temporária para esses trabalhadores, desde que esteja limitada ao período da calamidade e vinculada a ações de combate à covid-19.

O ministro defendeu ain-

da redução no tamanho das reservas internacionais para diminuir a dívida bruta.

“Podemos reduzir um pouco as reservas que temos. Isso dá uma redução de dívida bruta”, afirmou.

Segundo o ministro, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, mostrou que o Brasil tem ativos imobiliários (propriedades) que superam o valor de R\$ 1 trilhão, além de R\$ 900 bilhões em empresas estatais.

VENDAS PARA O DIA DAS MÃES DEVEM RECUAR 36% NA BAHIA

PROJEÇÃO As vendas do comércio varejista para o Dia das Mães, na Bahia, devem cair 36% em relação a 2019. A perda, em termos monetários, será de cerca de R\$ 500 milhões. No ano passado, o resultado foi positivo em 4,9% de aumento nas vendas em relação ao mesmo período do ano anterior. Os setores analisados pelo consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, foram aqueles que têm alguma relação com o evento, e o período esperado são os primeiros 10 dias do mês de maio. As quedas mais relevantes devem ser das atividades que tiveram que manter suas portas fechadas devido ao decreto de quarentena.

EXPANSÃO

30%

foi o crescimento das

compras feitas por meio de aplicativos durante o primeiro mês de isolamento social devido à pandemia, de acordo com levantamento do Instituto Locomotiva. A alta foi significativa em dois grupos populacionais: o de pessoas com mais de 50 anos de idade e o das classes C, D e E

PIB DOS ESTADOS UNIDOS CAI FORTE NO PRIMEIRO TRIMESTRE

RECESSÃO A economia dos Estados Unidos encolheu a uma taxa anualizada de 4,8% no primeiro trimestre de 2020, encerrando a mais longa expansão da história do país, segundo dados preliminares divulgados ontem pelo escritório de estatísticas econômicas do país (BEA). No trimestre anterior, a economia havia crescido 2,1%. É a maior queda trimestral desde os últimos três meses de 2008, quando o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 8,4%. Os dados são uma primeira estimativa, e vão passar por revisões posteriores. Em dólares correntes, o PIB recuou 3,5%, ou US\$ 191,2 bilhões.

Correio*

miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Bolsonaro renunciou

O presidente Jair Bolsonaro renunciou à Presidência quando, diante de cinco mil brasileiros mortos, perguntou "e daí?" Não exerce a Presidência quem demonstra tal desprezo pelo seu próprio povo. Já não cabe mais esperança de que ele entenda como é desempenhar as "magnas funções", para as quais foi eleito. Há suficientes palavras e atos ofensivos ao longo desta pandemia demonstrando que Bolsonaro jamais assumirá o papel que tantos líderes na história do mundo exerceram quando seus povos viveram tragédias. A nossa se desdobra em vários campos, na saúde, na economia, na vida social e pessoal. Mas Bolsonaro vive em seu mundinho como se a realidade não fosse essa fratura exposta.

Ontem foi um dia de derrota para o presidente Jair Bolsonaro, mas grande mesmo é a dor do país. No Brasil real contou-se de novo mais de 400 mortos num dia, e ainda ouvia-se o eco da voz de Bolsonaro escarnecendo – "lamento, mas e daí?" – quando se atravessou, na véspera, a marca de 5 mil mortos. No seu mundo, Bolsonaro ficou irritado porque não conseguiu nomear o amigo Alexandre Ramagem para a Polícia Federal. Na vida real, o

país vive a aflição, o medo, a solidão, a falta de ar, a morte sem os rituais de despedidas, os enterros apressados, a longa espera nas filas por um direito, o risco cotidiano.

No seu mundo, Bolsonaro ficou bravo porque encontrou o limite do sistema de freios e contrapesos da democracia. O ministro Alexandre de Moraes mandou suspender a posse de Alexandre Ramagem numa peça em que deixou claro que não o fazia por qualquer idiosincrasia. Era um fato objetivo. Havia o risco de se ferir o princípio da impessoalidade e de haver desvio de função da Polícia Federal. Os indícios disso estavam na própria fala de Bolsonaro ao tentar desmentir seu ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. No final do dia, ele bateu na mesa e disse que recorrerá da decisão do ministro do STF. "Quem manda sou eu", disse ele. E está à beira de

Durante a pandemia tudo tem ficado mais claro. Ele não quer exercer a Presidência. Ele quer gritar

criar um monstro jurídico. Não se pode recorrer da suspensão de um ato que ele mesmo revogou. Difícil a primeira tarefa do novo advogado-geral da União. Ele sabe que é impossível recorrer de uma causa sem objeto.

Mas pelo que se viu ontem nas posses, toda verdade pode ser distorcida para agradar o presidente. O novo ministro da

Justiça, André Luiz Mendonça, foi muito elogiado porque teria sido uma escolha técnica. Elogios talvez prematuros. Seu discurso foi político e com o uso de símbolos religiosos. Chamou o presidente de "profeta". Como teólogo, deve conhecer a advertência bíblica sobre os falsos profetas. Está logo no primeiro Evangelho. O de Mateus. Os frutos desse profeta do ministro André Mendonça já são bem conhecidos.

Até que ponto é possível suportar o ultraje? Foram tantos nesses 16 meses, foram tantos antes das eleições, que o maior risco é o país aceitar uma Presidência exercida dessa forma deletéria como se fosse natural. Bolsonaro sempre ofendeu grupos sociais, fez disso a sua marca particular, um marketing da agressão. Ele gosta de ofender os sentimentos e ferir valores.

Do povos originários do Bra-

sil veio uma lição ontem. Os Waimiri-Atroari querem a publicação imediata do seu direito de resposta nos sites da Presidência pelas inúmeras vezes em que foram atingidos por palavras discriminatórias. Após um pedido do Ministério Público Federal, a Justiça Federal do Amazonas determinou à União e à Funai que assegurem ao povo publicação de uma carta nos sites do Planalto. Eles estão reagindo aos "constantes discursos desumanizantes" e de crítica ao seu modo de vida nas falas frequentes de Jair Bolsonaro. Certa vez, ele chegou a dizer que o "índio está evoluindo, cada vez mais é ser humano igual a nós".

Durante a pandemia tudo tem ficado mais claro. Ele não quer exercer a Presidência. Ele quer gritar "quem manda aqui sou eu", quando encontra os limites da lei. Ele gosta do mandonismo, não do exercício dos deveres da Presidência. Ele fala aos arranjos, porque não se dedica a entender as questões de Estado sobre as quais tem que decidir. Ele diz "e daí?" porque de fato não está nem aí. É isso que faz de Bolsonaro um presidente que renunciou às suas funções, apesar de formalmente continuar no posto.

Tribuna

Arrecadação

A redução da atividade econômica por força das medidas de isolamento social para combater o coronavírus ainda não apresentou impactos negativos sobre a arrecadação do ICMS na Bahia. De acordo com análise feita pela Diretoria de Assuntos Econômicos e Financeiros do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), em comparação ao mesmo período de 2019, a arrecadação total do trimestre deste ano apresentou um crescimento real de 0,31%. Segundo Ricardo Alonso, vice-diretor do IAF e responsável pelo estudo, a explicação para esse fenômeno é que a arrecadação do mês reflete a movimentação econômica do mês anterior.

Em baixa

As vendas do comércio varejista para o Dia das Mães devem cair 36% em relação a 2019. A perda, em termos monetários, será de cerca de R\$ 500 milhões. No ano passado, o resultado foi positivo em 4,9% de aumento nas vendas em relação ao mesmo período do ano anterior. Os setores analisados pelo consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, foram aqueles que têm alguma relação com o evento, e o período esperado são os primeiros 10 dias do mês de maio. As quedas mais relevantes devem ser das atividades que tiveram que manter suas portas fechadas devido ao decreto de quarentena.

Tribuna

Guedes afirma que Brasil 'tem rumo'. Braga Netto diz seguir a economia

LAÍS LIS E GUSTAVO GARCIA,
G1 — BRASÍLIA

O ministro da Casa Civil, Braga Netto, afirmou ontem que o governo segue o "trilho programado pela Economia". Em seguida, ao lado de Braga Netto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ser preciso dar sinais a investidores e agentes econômicos que o Brasil tem "rumo" e que ações dos ministérios devem "caber" no orçamento.

Braga Netto e Guedes deram as declarações em uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto na qual falaram sobre o programa Pró-Brasil, anunciado pelo governo federal como uma tentativa de ajudar o país a superar a crise causada pela pandemia do novo coronavírus.

Quando anunciou o programa, há uma semana, Braga Netto concedeu uma entrevista coletiva no Planalto ao lado de outros ministros, mas sem Paulo Guedes. Ao final da entrevista desta quarta-feira, os dois deram um abraço e sorriram.

Ontem, ao iniciar a entrevista, o ministro da Casa Civil disse que faria alguns esclarecimentos sobre "interpretações equivocadas" a respeito da ausência de Guedes no anúncio. Braga Netto não mencionou um caso específico. "Em nenhum momen-



GUEDES

O governo está fazendo as reformas estruturais

to se pensou em sair do trilho programado pela Economia. Quem dá esse caminho, a palavra final, é a Economia, se é possível ou não. E quem decide é o presidente", declarou o chefe da Casa Civil. Na sequência da entrevista, Paulo Guedes também negou ter algum tipo de desentendimento com Braga Netto e afirmou que não houve "estresse" entre eles.

"Eu quero deixar claro primeiro esse ponto, que nosso relacionamento é o melhor possível", disse Guedes. "Não houve nenhum estresse com o nos-

so chefe da Casa Civil", acrescentou. Segundo o ministro da Economia, o que houve foi "com certeza" um "mal-entendido".

"O governo Bolsonaro está fazendo reformas estruturais e, em pouco mais de três semanas, se tornara um governo de medidas emergenciais. É claro que o governo estava no trilho, saiu do trilho para combater o incêndio na mata. Temos que sinalizar para todo mundo, para os investidores, para os agentes econômicos, que o Brasil tem rumo, tem programa, vamos seguir o nosso pro-

grama de transformação de Estado brasileiro", disse Guedes.

Guedes relatou que quando o mercado acreditou que haveria um desvio na política econômica, com mais gastos públicos, a bolsa passou a cair.

"A bolsa é uma sinalização do futuro. Ela está dizendo que 'por aí, o futuro é ruim'. Ai você fala 'não é nada disso'. São programas adicionais que temos que encaixar dentro dos trilhos da prosperidade", acrescentou o ministro da Economia na entrevista.

Guedes voltou a dizer que os gastos públicos de combate à pandemia da Covid-19 não podem continuar no próximo ano. "Seria muito oportunismo político, muita irresponsabilidade fiscal, seria imperdoável para a população brasileira se aproveitássemos uma crise na saúde para transformar seja em uma farra eleitoral, seja em um protagonismo excessivo de

um ou outro ministro que queria, para se engrandecer, colocar em risco o governo do presidente", disse.

Guedes afirmou ainda que o presidente Jair Bolsonaro conhece o programa econômico do seu governo. "O presidente sabe a missão dele, tem noção e conhece o próprio programa. E o programa dele era esse: vamos manter o programa no trilho".

Tribuna

52% dos consumidores dizem que não conseguirão pagar dívidas

AGÊNCIA ESTADO, CORREIO
BRASILIENSE

Pesquisa da Boa Vista retrata que 52% dos consumidores no Brasil afirmaram que não conseguirão pagar as contas ou somente serão capazes de quitar metade dos compromissos financeiros. Conforme o levantamento realizado com 600 brasileiros, 80% disseram que já fizeram revisão no orçamento familiar.

Para 56% dos entrevistados, deixar as contas em dia será possível, no máximo, por dois meses, enquanto 12% disseram ter condições para isso entre três e quatro meses. Já 12% afirmaram que conseguirão honrar as finanças domésticas por um período de mais de quatro meses e 20% não souberam responder.

A Boa Vista também

ouviu os consumidores para identificar que tipo de dívida possuem. Em média, 49% contaram ter alguma compra parcelada, como no cartão de crédito, boleto ou carnê de loja e cheque pré-datado. Outros 27% disseram que estão endividados por meio de financiamentos ou empréstimos, tais como financiamento de veículos e imóvel ou empréstimo pessoal/consignado.

CRÉDITO

Os consumidores disseram que estão incertos quanto ao futuro da economia e das suas finanças. Segundo a pesquisa, 59% dos entrevistados têm perspectiva de que talvez precisarão contratar crédito para pagar as contas durante ou após a pandemia do novo coronavírus. Outros 41% dizem que não irão precisar contratar crédito neste momento.

Tribuna

Teleconferência vai debater futuro dos combustíveis e marcos regulatórios



Nesta quinta-feira (30), às 16h, o Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis da Bahia (SIDICOM), vai realizar uma teleconferência, na qual será reunida a diretoria do órgão, para debater sobre o futuro dos combustíveis, além de outros assuntos, como oferta, demanda, refino, importação, infraestrutura portuária e estocagem.

No fim da reunião virtual, Aurélio Amaral, que foi ex-diretor da ANP, vai falar sobre questão regulatória.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/04/2020	Caderno: Economia

Desemprego sobe para 12,2% com avanço do novo coronavírus

ECONOMIA

O desemprego no Brasil foi a 12,2% no trimestre encerrado em março, o primeiro mês em que o país sente os efeitos econômicos do novo coronavírus, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quinta-feira (30). A taxa de desocupação já havia crescido em fevereiro, subindo para 11,6% e atingindo 12,3 milhões de pessoas. Em março, este número saltou para 12,9 milhões de pessoas.

Também reflexo da pandemia, o IBGE realizou a pesquisa pela primeira vez por telefone, como objetivo de proteger os trabalhadores. Estava, porém, com dificuldades de ouvir os brasileiros. O país vive uma espécie de apagão estatístico de emprego: os dados do Caged (sobre pessoas com carteira assinada) ainda não foram divulgados neste ano, o detalhamento do seguro-desemprego é irregular e o IBGE mudou a coleta de dados para telefone.

Além disso, o governo afirmou que mais de 4 milhões de trabalhadores formais já tiveram contrato de trabalho reduzido ou suspenso, com empregadores recorrendo à medida provisória do governo para tentar evitar demissões em meio à aguda crise.

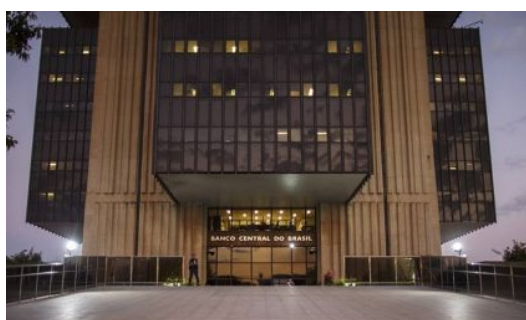
O aumento do número de desocupados vem acompanhando a escalada da Covid-19 no Brasil e das medidas de fechamento de serviços não essenciais adotadas para conter a disseminação da doença. O primeiro caso no país foi identificado em 26 de fevereiro, mas as primeiras medidas de isolamento social só começaram a ser tomadas na segunda quinzena de março.

Até a manhã desta quinta, o país soma 5.466 mortos e 78.162 infectados no Brasil pelo novo coronavírus. Apenas nesta quarta (29), em um único dia o país confirmou 449 novas mortes e 6.276 novos casos do novo coronavírus, mais do que no mês inteiro de março somado.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 29/04/2020	



PANDEMIA ELEVA DÍVIDA DE EMPRESAS EM R\$ 900 BI



admin 29 Abril, 2020

A dívida total das empresas mais afetadas pela pandemia de covid-19 no Brasil soma R\$ 900 bilhões. Desse total, R\$ 556 bilhões são débitos com o sistema financeiro nacional, informou nesta quarta-feira (29) o diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Paulo Souza, em entrevista coletiva transmitida pela internet para apresentar o Relatório de Estabilidade Financeira.

De acordo com Paulo Souza, os setores mais afetados são comércio, serviços, transporte, indústria de transformação, eletricidade e gás. O BC fez uma simulação com 1,6 milhão de empresas e 9,9 milhões. O resultado, chamado de teste de estresse, mostra que seria necessário aumento de R\$ 395 bilhões em provisão (reservas para casos de perdas) dos bancos, devido à quebra das empresas.

Paulo Souza ressaltou que, com esse cenário, para o sistema financeiro voltar a se enquadrar no nível regulatório mínimo seriam necessários R\$ 70 bilhões, o que corresponde a 7,2% do patrimônio de referência (PR) do Sistema Financeiro Nacional. Segundo o relatório, considerando a rentabilidade em períodos de crises anteriores, seriam necessários três anos para o sistema recompor sua atual capacidade.

Veículo: Bocão News	Economia
Data: 30/04/2020	



Coronavírus

Sesab já recebeu mais de R\$ 370 milhões em crédito suplementar para combate da Covid-19



30 de Abril de 2020 às 07:04 Por: **Arquivo BNews** Por: **Yasmin Garrido** 0 comentários

Em três semanas, a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) já foi beneficiada com a realocação de mais de R\$ 370 milhões dos orçamentos da Seguridade Social e Fiscal para o auxílio no combate à Covid-19 no estado. Em publicação no Diário Oficial, nesta quinta-feira (30), consta a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 47,4 milhões.

No total, os decretos financeiros assinados pelo governador Rui Costa (PT) também preveem a destinação de verbas também para a Secretaria de Educação, que, desta vez, vai receber mais de R\$ 30 milhões, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), com R\$ 5 milhões, além das secretarias de Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Urbano, Cultura e Infraestrutura.

A abertura de crédito suplementar nada mais é do que a realocação de verbas de uma área para a outra por parte de um governo. Ou seja, dentro do orçamento já estipulado para aquele exercício, é possível, diante da necessidade, que se retire peça crédito suplementar para cobrir as despesas extras de um setor.

Veículo: Bocão News	Economia
Data: 29/04/2020	



Coronavírus

ACM Neto garante salário de servidores sem atrasos até dezembro



29 de Abril de 2020 às 21:56 Por: **Arquivo BNews** Por: **Redação BNews** 0 comentários

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, nesta quarta-feira (29), em entrevista ao apresentador José Eduardo, através de uma live no Instagram, que não há previsão de atraso nos salários dos servidores públicos municipais por conta da crise causada pelo coronavírus.

“A expectativa é que não tenhamos que atrasar salários até dezembro. Se acontecer uma catástrofe e houver um rombo ainda maior nas contas da prefeitura, isso eu não tenho como antecipar, mas não quero criar alarme nos servidores, porque estamos tomando medidas para não atrasar salários”, garantiu o prefeito.

Segundo ele, logo no início da pandemia, um planejamento imediato foi feito pela prefeitura que gerou uma economia de mais de R\$ 50 milhões.

“Logo no começo, quando vi que o problema ia ser enorme, fiz um congelamento de gastos, determinei que fosse renegociado locação de imóveis, cortei gratificações de cargos de confiança, cortei 30% do meu salário e do vice-prefeito, Bruno Reis. Tudo isso nos rendeu uma economia de mais de R\$ 50 milhões. Estamos apertando o cinto. A ideia é cada um possa dar a sua contribuição para não atrasar salário nem demitir”, ressaltou.



ECONOMIA

Publicado em 29/04/2020 às 21h40.

Fecomércio-BA aponta queda de 36% nas vendas para o Dia das Mães; R\$ 500 milhões a menos

Principal data do comércio no primeiro semestre deve sofrer impacto da quarentena e do isolamento social, diz federação



As vendas do comércio varejista para o Dia das Mães devem cair 36% em relação a 2019, defende a A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA). A perda, em termos monetários, será de cerca de R\$ 500 milhões.

No ano passado, de acordo com a instituição, o resultado foi positivo em 4,9% de aumento nas vendas em relação ao mesmo período do ano anterior. Os setores analisados pelo consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, são aqueles que têm alguma relação com o evento, e o período esperado são os primeiros 10 dias do mês de maio.

As quedas mais relevantes devem ser das atividades que tiveram que manter suas portas fechadas devido ao decreto de quarentena. “As lojas de móveis e decoração devem ter uma retração no primeiro terço do mês de 90%. É importante ressaltar que o faturamento do setor é relativamente pequeno, por isso é natural que a variação fique acentuada”, explica Dietze.

Na sequência vem o comércio de eletroeletrônicos com expectativa de recuo de 78% em relação ao mesmo período do ano passado. “Esse setor em específico é muito sensível ao crédito, uma vez que as compras são feitas de forma parcelada. Com o risco da inadimplência, os bancos estão fechando a torneira do crédito e, além disso, as famílias estão com receio de perder seus empregos – se não já perderam – e priorizando os consumos básicos”, destaca o economista.

Já a retração esperada pela Fecomércio-BA para o varejo de vestuário, tecidos e calçados é de 71%. Apesar de ser uma atividade de bens não duráveis, com um tíquete médio mais baixo e de muita penetração no comércio online, a queda nas vendas será alta.

Guilherme Dietze avalia: os consumidores têm o costume de experimentar as roupas ou calçados, levar na hora e caso seja preciso, trocar de forma imediata. Pelo e-commerce acontece o inverso, não há experimentação, o recebimento não é imediato e a troca tem que ser feita através de um meio de transporte de carga e o pagamento é recebido conforme condição na compra, podendo ser numa fatura de cartão.

Segmentos

Os setores que estão com expectativas menos pessimistas são os básicos de consumo, farmácias e supermercados. Conforme o economista, o primeiro tende a ter uma queda de 6% e o segundo de 3%. “As farmácias e perfumarias tiveram um grande movimento entre março e abril pela busca de medicamentos para gripe, máscaras e álcool gel. As necessidades no momento seguinte passaram a ser residuais, reduzindo o fôlego nas vendas”, comenta Dietze.

Os supermercados, por sua vez, continuam tendo uma demanda frequente. No entanto, com o isolamento social, o ritmo de compras passa a ser menor, afetando o faturamento do setor. O primeiro período atingido pelo coronavírus foi a Páscoa, com dados preliminares de retração de 5,9% e agora a expectativa de 36% de queda nas vendas do Dia das Mães. “Nada mais do que a consequência da soma do isolamento social com o medo do desemprego”, afirma Dietze.

Dietze salienta que, por enquanto, o caminho possível para vender os produtos que estão no estoque é através do e-commerce, seja por portal próprio ou marketplaces. “É o momento de se adequar aos canais de vendas possíveis para tentar reduzir o prejuízo na data mais importante para o comércio no primeiro semestre”.

Veículo: bahia.ba	
Data: 30/04/2020	Caderno: Economia

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 30/04/2020 às 09h58.

Desemprego sobe para 12,2% com avanço do novo coronavírus, aponta IBGE

Número de desocupados no país saltou de 12,3 milhões para 12,9 milhões de pessoas no trimestre encerrado em março



O desemprego no Brasil alcançou 12,2% no trimestre encerrado em março, o primeiro mês em que o país sente os efeitos econômicos do novo coronavírus, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quinta-feira (30). A taxa de desocupação já havia crescido em fevereiro, subindo para 11,6% e atingindo 12,3 milhões de pessoas. Em março, este número saltou para 12,9 milhões de pessoas. O registro representa uma alta de 1,3 ponto percentual na comparação com o último trimestre de 2019. São 1,2 milhão de pessoas a mais na fila por um emprego no país.

Ao jornal Folha de S. Paulo, a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, apontou, no entanto, que o crescimento da taxa de desemprego era esperado também por um fator sazonal e foi ainda menor do que o 1,7 ponto percentual da mesma época de 2017.

Governo quer leilão com lucro maior para atrair estrangeiros

Plano é elevar taxa de retorno para rodovias, ferrovias, aeroportos e portos

Julio Wiziack

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro avalia aumentar a margem de lucro de concessões para atrair investimentos privados de ao menos R\$ 100 bilhões. Poderão ser alteradas até regras de formação de consórcios.

O cronograma das concessões deste ano deverá ser mantido para ao menos 20 projetos. Os leilões estão marcados para o segundo semestre.

A maior parte das mudanças deverá ser promovida pelas agências reguladoras vinculadas ao Ministério da Infraestrutura. Entre elas estão Anac (aviação), ANTT (transportes terrestres) e Antaq (portos).

A principal discussão no momento é ampliar ao menos em um ponto percentual, em média, a TIR (Taxa Interna de Retorno) dos editais.

A TIR é a margem de lucro dos projetos. São descontos investimentos, despesas e compromissos regulatórios, dentre outros custos. A mudança irá atingir rodovias, ferrovias, aeroportos e portos.

Segundo pessoas que participam dos debates, hoje, no caso das rodovias a serem concedidas, a taxa é de cerca de 9,2% ao ano. Nesse caso, passaria para 10,2%.

Com isso, o governo permite ganhos mínimos maiores para atrair investidores. A correção será feita caso a caso, maior para uns projetos e menor para outros.

A taxa de retorno só é defi-

nida no momento do leilão. Se houver competição, por exemplo, os lances passam a conter ágios, o que acaba reduzindo o retorno ao longo da concessão.

A estratégia do governo, porém, é contrária à adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff. A petista reduziu a taxa de retorno das rodovias de rodovias, exigiu mais investimentos e travou os pedágios.

ATIR, ainda segundo os técnicos envolvidos, é definida com base em premissas definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional de acordo com o risco das concessões (baixo, médio e elevado).

Projetos ferroviários, por exemplo, são mais arriscados do que aeroportuários.

Esse risco também muda de acordo com a região do país. Por isso, as taxas costumam variar de 7,5% ao ano, no caso de aeroportos, a 12%, para ferrovias, especialmente na região Norte.

Como neste momento o risco de forma geral aumentou por causa da crise do coronavírus, não somente no Brasil, mas no mundo, a ideia é ampliar a taxa de todas as concessões previstas.

O plano em discussão nas três agências é lançado em um momento em que os juros tendem a cair em países onde estão os principais operadores e investidores potenciais.

Há países em que as taxas de juros já são negativas. Neles, um projeto com 10% de retorno ao ano seria considerado

À espera de R\$ 100 bilhões em concessões

Governo mantém cronograma de leilões deste ano para cobrir despesas com a crise do coronavírus

Tipo de concessão	Rodovia	Aeroporto	Ferrovias	Portos
Projetos a serem concedidos				
Investimento previsto*, em R\$ bi ao longo da concessão				
			BR-101 (SC)	7,4
			BR-381/262 (MG/ES)	14,7
			BR-153/080/414 (GO/TO)	14,6
			BR-163/230 (MT/PA)	1,7
			BR-040/495 (MG/RJ)	10,9
			BR-116/465/101 (SP/RJ)	17,0
			BR-116/494 (RJ/MG)	2,6
			Viracopos**	-
			Alienações na Infraero**	-
			6ª Rodada (Bloco Sul)	2,2
			6ª Rodada (Bloco Norte 1)	1,1
			6ª Rodada (Bloco Central)	1,7
			Ferrogão	7,3
			Fiol	3,3
			Renovação da MRS	16,8
Porto de Itaquí (MA) (terminais IQ11, IQ12 e IQ13)				
				-
Porto de Santos (SP) (terminal STS14)				
				0,1
Porto de Santos (SP) (terminal STS13A)				
				0,1
Porto de Santos (SP) (terminal STS20)				
				0,2
Porto de Aratu-Candeias (BA) (terminal ATU12)				
				0,2
Porto de Aratu-Candeias (BA) (terminal ATU18)				
				0,3

*Considera investimento e despesas com manutenção em alguns casos
**Valores ainda em estudo
Fonte: ministérios, ANTT, Anac

atraente em relação à rentabilidade que teriam caso deixasse os recursos aplicados.

Nas conversas com investidores interessados na carteira de projetos do Brasil, os técnicos do governo e das agências perceberam que o apetite se mantém. Haverá compromisso de ofertas com retorno maior.

Pelos planos, as rodovias devem liderar os leilões, concentrando R\$ 66 bilhões dos investimentos programados previamente para os próximos 30 anos de concessão. Esse valor também considera valores a serem gastos com manutenção de vias já construídas, caso da BR-101 (SC).

Somente na Nova Dutra (BR-116/465/101), o investimento previsto é de R\$ 17 bilhões.

Essa concessão, porém, poderá ter uma taxa de retorno mais baixa porque terá recuperação mais rápida assim que o isolamento chegar ao fim. A rodovia liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

A CRT (BR-116/493), entre Minas e Rio de Janeiro, deverá gerar mais R\$ 8 bilhões em investimentos.

Ambas as concessões tinham taxas de retorno de 9,2% ao ano. Os valores deverão ser revistos.

Para evitar que o consumidor pague a conta, está em estudo uma redução de custos ao concessionário por meio de descontos no valor das outorgas ou cancelamento de investimentos previstos.

Os técnicos consideram ainda que, se até o momento do edital o custo de capital estiver mais baixo por causa dos juros menores para financiamento, não será preciso reduzir nem outorgas nem cancelar investimentos.

Na sexta rodada de aeroportos, que agrupou 22 terminais em três blocos de concessão (Sul, Norte e Central), além da revisão da TIR, a proposta é modificar as regras de for-

mação dos consórcios.

Até hoje os operadores aeroportuários, como Aena, Zurich e Fraport, tinham de participar com 15% de capitais nos consórcios.

O problema é que eles foram os que mais sofreram com a crise causada pelo novo coronavírus, já que os voos foram praticamente zerados em todo o mundo.

A chance de que esses grupos não tenham bilionário para investimentos bilionários no momento se tornou maior. Isso inviabilizaria a formação dos consórcios.

A proposta abre a possibilidade da participação de operadores que eventualmente disponham de capacidade financeira e permite que, caso não entrem na formação do consórcio, sejam contratados como prestadores de serviços.

Isso abrirá caminho para que a próxima rodada seja atrativa para fundos soberanos e fundos de participação (private equity), que têm mais recursos disponíveis na crise.

As mudanças estão alinhadas com o Plano e com o Ministério da Economia.

Apasta comandada por Paulo Guedes tenta encontrar formas de cobrir a baixa no caixa da União.

Gastos serão gerados por causa das despesas emergenciais para reduzir os danos do novo coronavírus.

Até o momento, o impacto ultrapassa mais de R\$ 800 bilhões. Cerca da metade do montante terá impacto fiscal.

O plano de concessão da Infraestrutura prevê investimentos da ordem de R\$ 252 bilhões até o fim do mandato de Jair Bolsonaro (sem partido). Embora uma pequena parte desse montante entre para o caixa como outorga (pagamento à União pelo direito de explorar o serviço público), haverá geração de emprego em até um ano após a assinatura dos contratos.

Plano de obra pública reduz crescimento, diz estudo da Economia

Fábio Pupo

BRASÍLIA Em reação ao movimento no governo que defende mais recursos do Tesouro para reaquecer a atividade, o Ministério da Economia elaborou um estudo apontando que o país vai crescer menos caso crie um programa de obras públicas em vez de dar prioridade a investimentos privados.

Obtido pela Folha, o estudo afirma que um cenário de investimento maciço em obras públicas faria o país crescer entre 2,79% e 3,04% ao ano entre 2021 e 2024.

Já em um cenário de investimentos privados, destravados por mudanças regulatórias, a taxa ficaria entre 2,96% e 3,42% no mesmo período.

A equipe de Guedes diz ainda que investimentos públicos no Brasil sofrem com menos transparência e eficiência em comparação a aportes liderados pela iniciativa privada.

Para sustentar a visão, critica programas petistas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Minha Casa Minha Vida.

O entendimento é que essas iniciativas tinham diferentes deficiências de execução e sofriram principalmente com paralisação de obras.

"Aslições do passado são importantes para que medidas equivocadas não voltem a ser aplicadas", diz o documento.

Ao analisar o impacto trazido pelo coronavírus, o ministério reconhece a preocupação sobre o cenário de investimento nos próximos anos. Especificamente em 2023 e 2025, quando deve deixar de ocorrer uma série de investimentos no setor elétrico a serem contratados em 2020 e 2021. Mesmo assim, a pasta diz acreditar ser possível mudar o cenário com reformas setoriais.

Em resumo, a equipe econômica aposta que o estado deve garantir a liberalização

dos mercados e, quando não for possível um afastamento integral, ficar limitado à elaboração de estudos e projetos para concessões e parcerias público-privadas.

O plano de retomada da equipe econômica seria amparado por aportes privados em infraestrutura.

"É bem documentado que despesas de capital em infraestrutura contribuem para um maior crescimento de curto prazo e, ao mesmo tempo, no médio-prazo."

O plano do Ministério da Economia inclui a criação de uma "fábrica de projetos".

A proposta é de uma parceria entre bancos públicos, como o BNDES e a Caixa, com os organismos multilaterais de crédito para preparar diferentes projetos de concessão a serem executados pela iniciativa privada.

Os técnicos rebatem até preocupações frequentes sobre a existência de recursos privados após a crise dizendo que há capital interessado em investir.

"Há enorme injeção de liquidez que os bancos centrais de todo o mundo realizaram como medida de combate aos efeitos econômicos adversos da Covid-19", afirma o texto, em referência principalmente à redução dos juros.

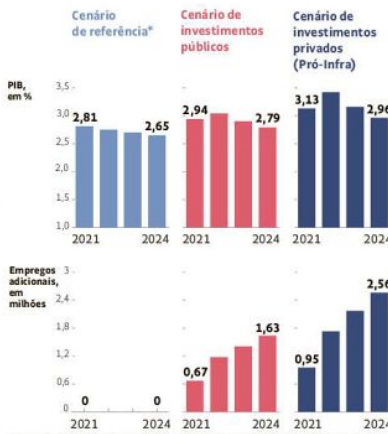
"Os investidores de longo prazo, como fundos de pensão, que precisam cumprir uma rentabilidade mínima anual média, buscarão oportunidades seguras. Caberá ao Brasil estruturar projetos de baixo risco, com o objetivo de atrair esse capital", afirma o documento.

Mesmo defendendo o modelo menos estatal, a equipe de Guedes acena com uma flexibilização no discurso para caso o governo decida por uma liderança estatal na elaboração dos projetos.

"Não consideramos como

Ministério da Economia elabora estudo com cenários de retomada

Projeções considerando três cenários



*O cenário de referência considera apenas as reformas já implementadas. Isto é, apenas a trabalhista e a da Previdência. Os outros dois cenários consideram diversas reformas econômicas, como a tributária, administrativa e de ambiente de negócios, além das medidas sugeridas para a infraestrutura. Fonte: Ministério da Economia

estratégia derivada da crise da Covid-19 a ampliação do investimento público em infraestrutura. No entanto, é preciso compreender que existe um estoque de obras atualmente realizadas diretamente pelo governo, que estão em andamento e poderiam ser, eventualmente, aceleradas", afirma o estudo.

Nos bastidores, Guedes já vinha falando que seria possível tocar obras públicas desfeitas que não se ataque o teto de gastos.

O estudo vai além e defende ser necessária uma correta priorização das obras a serem tocadas, considerando itens como a eficiência dos gastos e geração de emprego e renda.

O ministério defende que a definição de prioridades da carteira pública deva passar pela pasta de Guedes e pelo conselho de ministros do PPI (Programa de Parceria de Investimentos).

Além disso, a proposta prevê que a União aportaria os recursos necessários em um fundo de natureza privada (que teria a atribuição de fazer a gestão da carteira de projetos de longo prazo e seria gerido por um banco público ou outro órgão da administração direta). É possível que esse fundo tenha participação privada, inclusive.

Apesar de fazer as sugestões para o aporte público, o ministério ressalta em todo

o documento sua defesa por uma retomada por meio do setor privado.

A pasta diz que isso dependerá da aprovação pelo Congresso de reformas legais já em tramitação, principalmente em energia e saneamento.

O ministério sugere até pedir urgência constitucional aos projetos 4.162 (saneamento) e 232 (energia elétrica). Ambos estão no Senado.

Além disso, os técnicos mencionam outras iniciativas prontas para execução ou aprovação, nos setores de habitação, telecomunicações e logística que, levadas adiante, poderiam produzir forte impacto em atividade econômica e empregos.

Na habitação, por exemplo, o Ministério da Economia propõe um programa que estava sendo discutido em conjunto com o ministro Rogério Marino (Desenvolvimento Regional), com quem Guedes se desentendeu pelo fato de o colega de Esplanada defender gastos públicos (contrariando a agenda do chefe da equipe econômica).

Na habitação, por exemplo, o Ministério da Economia propõe um programa que estava sendo discutido em conjunto com o ministro Rogério Marino (Desenvolvimento Regional), com quem Guedes se desentendeu pelo fato de o colega de Esplanada defender gastos públicos (contrariando a agenda do chefe da equipe econômica).

Guedes afirma que críticas a projeto foram mal-entendido

BRASÍLIA Personagens centrais do mal-estar provocado no governo após anúncio de obras públicas para retomada da atividade, os ministros Paulo Guedes (Economia) e Braga Netto (Casa Civil) afirmaram nesta quarta (29) que houve interpretação equivocada e mal-entendido sobre o pró-Brasil.

Apresentado na semana passada sem a presença de Guedes, o programa prevê um conjunto de medidas que incluem a retomada de gastos públicos para a recuperação de empregos. O anúncio, co-

mandado pela Casa Civil, provocou desconforto na equipe econômica e gerou rumores de um possível pedido de demissão de Guedes.

Nesta quarta, os dois ministros foram juntos a uma entrevista no Planalto para dizer que há união e coordenação no planejamento do governo.

"[Houve] interpretação equivocada do programa Pró-Brasil", disse Braga Netto. "O Pró-Brasil surgiu porque os ministros começaram a procurar a Casa Civil para a retomada de programas. [...] É o papel da Casa Civil de centro de governo, de coordenação."

Ele ressaltou que nenhum valor foi definido para o programa, que terá palavra final de Guedes e Jair Bolsonaro.

Em seguida, Guedes disse que quer deixar claro que "foi um mal-entendido", que Braga Netto cumpre função de coordenar os ministérios.

Apesar do aceno, o chefe da Economia voltou a criticar a possibilidade de o governo usar dinheiro público para forçar a recuperação da atividade. Segundo ele, é possível promover investimento público, desde que haja espaço no Orçamento.

"Retomada não é repetir erros do governo passado, que quebraram o Brasil. Ninguém consegue sair do buraco cavando mais fundo", afirmou Guedes. "A crise é da saúde, não pode alguém achar que, no momento em que temos que ajudar a saúde, alguém vem correndo, bate a nossa carteira e sai correndo."

Para a retomada, o ministro defende reformas estruturantes e a reformulação de marcos regulatórios, como os de saneamento e de energia, para atrair investimento privado. Ele ainda defende o congelamento temporário de salários de servidores públicos. **Bernardo Cabral, Ricardo Della Colletta e Renato Machado**

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Aquecimento

Gustavo Borges, presidente da Acad (associação de academias de ginástica), afirma que, nas últimas semanas, o setor viu surgir uma onda de decretos municipais com critérios desencontrados de segurança contra a Covid-19, que levou academias a elaborar um protocolo de recomendações a serem tomadas após a reabertura. "[Os decretos traziam exigências como] 20 a 30 metros quadrados por aluno ou ambiente esterilizado, que até em hospital é difícil", diz o medalhista olímpico.

FEBRE Enquanto o apoio ao isolamento social amplo perde força no Brasil, a rede de academias Smart Fit se prepara para o retorno após a quarentena com um vídeo que gravou apresentando os procedimentos de segurança que pretende adotar para conter o contágio nas instalações.

PULMÃO "Querido cliente, sentimos sua falta no tempo em que ficamos fechados e estamos muito felizes por você estar de volta", diz a introdução do vídeo que começou a circular nos últimos dias. Nele, a rede apresenta o protocolo de segurança para funcionários e clientes, com uso de álcool em gel, limpeza de sapato e medição de temperatura.

TOSSE Segundo a Smart Fit, os procedimentos podem mudar conforme os decretos dos municípios, mas há um padrão. Na gravação, a empresa diz que se inspirou em experiências de retomada na China, em Singapura e na Europa.

FÔLEGO "Na China, por exemplo, na volta, 30% dos que começaram a se matricular eram sedentários que nunca tinham praticado atividade física e descobriram que obesidade e outras comorbidades impactavam", diz Edgard Corona, presidente da empresa.



PROSA

“O pessoal [após o fim do isolamento em outros países] falou: eu agora preciso me cuidar. Mas é preciso sentir segurança no ambiente”

Edgard Corona
dono da Bio Ritmo/Smart Fit

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência abril*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	20%	Valor máx.
	R\$ 1.045	R\$ 209	R\$ 1.250,21
	R\$ 6.101,06	R\$ 1.220,21	

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	5%	Valor máx.
	R\$ 1.045	R\$ 52,25	

Assalariado	Valor mín.	Aliquota
	R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60		9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40		12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06		14%

*O prazo para empresas vence no dia 20/mai e, para pessoas físicas, vence em 15/mai.

TURBINA O Ministério de Infraestrutura pediu a criação de um grupo de trabalho, coordenado pela Anac, para começar a reunir o setor aéreo e estudar medidas para quando chegar a hora de retomar os voos. A pauta tem questões como os protocolos sanitários nos aeroportos, o acompanhamento das práticas internacionais e a reabertura do tráfego com outros países.

GÔNDOLA Entidades setoriais como Abafarma (atacado farmacêutico), ABPS (perfumaria) e Abras (supermercados) vão lançar o movimento Vagas no Varejo para ajudar a recolocar profissionais desempregados na pandemia. O grupo criou um site para cadastrar empresas que estão contratando apesar da crise, com farmácias e supermercados.

CRACHÁ Mais de 40% das empresas de eventos já fizeram demissões desde o começo do isolamento social, segundo levantamento do Sebrae Nacional com 2.700 companhias do setor. Para os próximos três meses, 36% estimam novos cortes. Em média, as empresas deverão dispensar sete profissionais.

LADEIRA A queda no movimento do comércio foi de 20% no primeiro mês de isolamento social, segundo índice da Boa Vista, que comparou o período de 17 de março a 15 de abril com os 30 dias anteriores. O segmento de móveis e eletrodomésticos teve o maior baque, de 56%.

PANDEMIA O Ministério Público Federal abriu inquérito nesta segunda (27) para apurar se houve irregularidade ou insuficiências nas medidas adotadas pelo Ministério da Economia para proteger a saúde de funcionários da administração pública em relação ao ambiente de trabalho.

JORNADA Procurada pela coluna, a pasta afirma que segue diretrizes do Ministério da Saúde para cuidar da segurança dos servidores e que tomou todas as medidas, como trabalho remoto, campanhas informativas e de prevenção. O ministério diz ainda que vai responder qualquer questionamento do MPF, mostrando suas ações na pandemia.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Aliquota	Mínimo	Máximo
De 7,5%	97,04	713,09	a 14%
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence no dia 7/mai. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e a doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

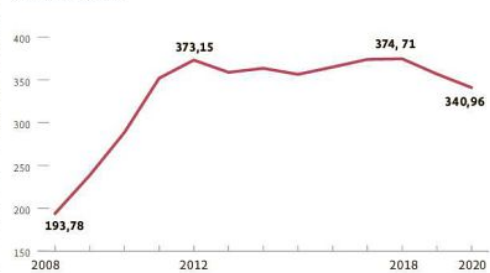
BC vende US\$ 50 bi em menos de um ano para tentar frear alta do dólar

Ministério da Economia defende uso de parte das reservas para melhorar dívida pública; analistas dizem que momento é arriscado

Eduardo Cuello

Reservas internacionais recuam para US\$ 341 bi

Valores, em US\$ bilhões*



US\$ 390,51 bilhões

Valor recorde das reservas, alcançado em 25.mai.2019

*Dados para 31.dez.no período 2008-2019. Para 2020, dados do dia 17.abr. Fonte: Banco Central do Brasil

+ EM DOIS DIAS, MOEDA CAI 5,5% E FECHA A R\$ 5,3570 Com a melhora no cenário político brasileiro e mercados globais com apetite ao risco, o dólar segue em trajetória de queda. Nesta quarta-feira (29), a moeda americana recuou 2,8%, a R\$ 5,3570, menor valor desde o dia 20. Em dois pregões, a moeda acumula desvalorização de 5,5%, a mais forte para o período desde o tombo de 6,6% dos dias 5 e 6 de janeiro de 2009, durante a crise financeira. Nesta sessão, a Bolsa brasileira subiu 2,3% e voltou aos 83 mil pontos, maior patamar desde 11 de março.

Nelson Marconi, professor da FGV e pesquisador visitante da Universidade Harvard, afirma que o dinheiro da venda de reservas poderia retornar para a economia por meio de um fundo para financiamento de obras de infraestrutura, com ênfase em saneamento, uma das áreas em que o Brasil tem mais necessidades de investimentos. "Como a situação internacional vai ser ruim do ponto de vista de atração de capital, não vai ter entrada de capital no país, seria melhor usar as reservas de outra forma. Constituir um fundo para empréstimos para saneamento, um dinheiro que gera retorno, e diminuir a dívida pública de outro jeito", afirma o pesquisador.

Professor titular do Departamento de Economia da PUC Rio, o economista Márcio Garcia afirma que uma diminuição das reservas, com redução também do endividamento, seria positiva, mas que este não é o momento de reduzir esse estoque, uma espécie de seguro contra crises.

Ele afirma ainda que as formas de financiar os gastos públicos não mudaram por causa da crise e continuam sendo aumento de tributação, redução de outras despesas e venda de ativos.

"Não parecer sentido nes-

se momento financiar despendendo reservas. Agente não sabe de quanto de reservas vamos precisar. Não vou vender agora um seguro caro que venho mantendo, me desfazer do seguro quando o sinistro está ocorrendo", afirma.

O economista Fernando de Aquino, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon (Conselho Federal de Economia), afirma que a venda das reservas é positiva, por permitir a redução da dívida pública e do custo de seguro (dado pela diferença de juros no Brasil e no exterior, por exemplo).

Apesar de considerar o nível de reservas elevado para as necessidades do país em momento de normalidade, Aquino diz que o governo não pode abrir mão desses recursos em um momento em que será difícil atrair capitais para o Brasil, entre outros motivos, em razão da expectativa de dificuldades no comércio exterior.

"A gente está em um período muito crítico. Com reservas altas, podemos sustentar um nível de importação acima do que conseguimos exportar. E a gente vai ter dificuldade de exportar com os países todos em recessão. No momento em que os países saíram da recessão, podemos discutir isso."

BNDES prepara novo crédito para micro e pequenas empresas com até R\$ 20 bi da União

Fábio Pupo e Julio Wziack

BRASÍLIA O governo federal prepara um novo programa de crédito voltado a micro, pequenas e médias empresas a ser operado pelo BNDES.

Os empréstimos vão usar um fundo garantidor de risco com participação da União. A iniciativa poderá destinar até R\$ 20 bilhões de recursos do Orçamento ao programa. O governo deverá criar o plano via medida provisória.

O texto também retiraria amarras existentes hoje na legislação para a atuação de fundos voltados a empresas de menor porte que recebam recursos da União. A iniciativa possibilitaria no total até R\$ 125 bilhões em crédito movimentado, dizem os técnicos.

O programa foi visto como necessário porque o acesso ao crédito se deteriorou durante a crise do coronavírus e permaneceu dificultado mesmo

com iniciativas já lançadas por Ministério da Economia e Banco Central.

Entre elas, estão a redução dos compulsórios dos bancos (percentual de recursos que as instituições financeiras precisam manter nos cofres sem emprestar).

A equipe econômica tem a avaliação de que a crise congelou a liquidez nos mercados de crédito e fez bancos ficarem reacios de uma inadimplência generalizada.

O entendimento é que as instituições financeiras estão limitando o acesso aos recursos e deixando as empresas menores sem dinheiro. Isso pode gerar grande número de falências.

A medida foi sugestão da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que afirmou ao governo que era preciso ampliar as opções de garantias às empresas e com isso mitigar nos bancos a aversão ao risco.

+ GOVERNO DEVE TER DÉFICIT EXPRESSIVO DE ABRIL A JUNHO, DIZ TESOURO

Segundo Mansueto Almeida, secretário do Tesouro, é provável que o déficit do governo central fique acima de R\$ 550 bilhões neste ano. No caso do setor público consolidado, que reúne também estados, municípios e estais, o déficit está caminhando para R\$ 600 bilhões (8% do PIB).

Várias empresas, defende a entidade, não têm garantias reais, e os fundos precisam compensar o crescimento das exigências pelo risco de inadimplência ou calote.

Apesar de já existirem esses instrumentos, como o Fundo de Garantia de Investimentos (FGI, do próprio BNDES), a visão é que a atual cobertura oferecida é insuficiente.

A MP vai expandir as possibilidades do fundo para cobrir riscos de diferentes naturezas em operações de crédito, como inadimplência, por formance e variação de juros.

O texto ainda vai permitir a garantia por carteira. A MP irá extinguir, para o programa, a obrigação de bancos integrarem cotas para contratar a garantia. O entendimento é que credores teriam dificuldade ou mesmo impossibilidade de subscrever cotas de um programa nas atuais condições.

Bolsonaro inclui serviços para caminhoneiros entre essenciais

Decreto presidencial atende a reivindicação de motoristas e permite a abertura de comércio nas rodovias

Daniel Carvalho e Matheus Teixeira

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ampliou o leque de atividades consideradas essenciais durante a pandemia do novo coronavírus, incluindo, por exemplo, serviços para caminhoneiros em rodovias. O decreto publicado nesta quarta-feira (29) no DOU (Diário Oficial da União) altera oito pontos para ampliar ou reduzir o escopo de decisões e inclui outros 13 grupos de atividades.

A medida vem após decisão do STF, segundo a qual governos estaduais e municipais têm autonomia para determinar o isolamento social. Pelo decisão da corte, o governo federal não pode "afastar unilateralmente" as decisões de Executivos locais sobre as medidas de restrição de circulação que vêm sendo adotadas durante a pandemia do novo coronavírus.

Assim, Bolsonaro diz que o decreto não afasta a competência ou a tomada de decisões normativas e administrativas pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas competências e de seus respectivos territórios.

O texto desta quarta revoga da lista de atividades essenciais ramos que são responsabilidades de estados e municípios, como captação, tratamento e distribuição de água, captação e tratamento de esgoto e iluminação pública.

No trecho que considera atividade essencial transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo, foi suprimido transporte intermunicipal e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo.

Bolsonaro tem igualado a crise sanitária do coronavírus à crise econômica. Desde o início da pandemia, ao menos 5 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país já foram afetados, seja por demissão, seja suspensão de contrato, seja cor-

te de jornadas e salários.

O presidente defende a flexibilização do isolamento social e a reabertura do comércio.

No decreto desta quarta, ele atende reivindicação de caminhoneiros, permitindo a reabertura de atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas.

Também entraram na lista de atividades essenciais serviços como os de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneus, de radiodifusão de sons e imagens; atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de startups; atividades de locação de veículos.

São liberadas ainda pelo governo federal atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho.

Também são atividades essenciais as de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública.

No dia 15, por unanimidade, o Supremo estabeleceu a chamada competência concorrente de municípios, estados, Distrito Federal e União para estabelecer as atividades essenciais no contexto do isolamento social.

A decisão significa que não é exclusividade do chefe do Executivo federal definir quais ramos econômicos devem funcionar durante a quarentena.



MULHER DESMAIA DURANTE FILA PRA SACAR R\$ 600

Desempregada recebe atendimento após passar mal enquanto aguardava recebimento de auxílio emergencial em agência da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro

Mauro Pimentel/AFP

Shoppings lançam protocolo para retomada

Diego Garcia

SANTOS A Abrasce, associação que representa os shoppings, anunciou uma série de medidas para a reabertura dos estabelecimentos à medida que os governos estaduais e municipais forem liberando o funcionamento do comércio, o que ainda não tem data para acontecer na maior parte do Brasil.

O planejamento prevê a abertura de shoppings com uma série de restrições, como a cinemas e atividades de entretenimento e para crianças. Glauco Humai, presidente da associação, apontou que espera retorno do poder público e baseou o protocolo em medidas anunciadas em outros países.

O protocolo pede que não sejam promovidos eventos de reabertura dos shoppings e que continuem suspensas quaisquer atividades que possam atrair grande número de pessoas. O funcionamento ainda é colocado com horário reduzido e retomada gradual das atividades.

As máscaras também são postas como obrigatórias, com a determinação para que funcionários, lojistas, consumidores e frequentadores as utilizem.

Aferição de temperatura de clientes, aumento na frequência de desinfecção das áreas públicas, suspensão do sistema de valet e controle de acesso respeitando distanciamento são outras propostas.

A Abrasce aponta que não estipula uma data para a reabertura dos shoppings, deixando a decisão para os órgãos de saúde e governamentais. "Quem tem que tomar essa decisão baseada em es-

tatísticas e dados científicos é o poder público. O que podemos fazer é passar dados para a retomada e nos colocarmos à disposição para auxiliar no que for preciso", afirmou Humai.

O Brasil tem 577 shoppings, dos quais 60 estão abertos em 35 municípios, segundo a associação.

Em estados como Rio e São Paulo, os estabelecimentos estão fechados desde meados de março, sem previsão de retorno. Já outros, como Santa Catarina, relaxaram as medidas de isolamento social na semana passada e permitiram a reabertura dos estabelecimentos.

A Abrasce ressaltou um pedido para que o poder público olhe para os lojistas com atenção em meio à crise econômica ocasionada pela pandemia. Para o presidente da associação, parte dessa necessidade de reabrir o comércio deriva do fato de que as medidas de socorro e auxílio do poder público não estão chegando na velocidade e a intensidade necessárias aos comerciantes.

"Fizemos uma série de demandas ao poder público que não estão sendo atendidas. Passaram-se quase dois meses, e lojistas não têm acesso a crédito, precisam pagar IPTU e taxas municipais. É uma incoerência dentro da realidade caótica que estamos vivendo", afirmou Humai.

Para ele, se o governo, nos três níveis — municipal, estadual e federal —, passasse mais tranquilidade aos proprietários de shoppings centers, os lojistas teriam mais tranquilidade para agir em meio à pandemia.



ATENÇÃO

Agências de publicidade e anunciantes.

Devido ao feriado de 01 de maio (Dia do Trabalho), os fechamentos publicitários serão antecipados nas seguintes edições:

Sábado 02/05

Folha de S. Paulo	Entrega de Ap	Material
Poder/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esportes/Classificados/ Ilustrada	18h00 5ªF	18h00 5ªF

Agora-SP	Entrega de Ap	Material
1ª Caderno/Vencer/Classificados	18h00 5ªF	18h00 5ªF

Domingo 03/05

Folha de S. Paulo	Entrega de Ap	Material
Poder/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esportes/Classificados/ Ilustrada/Ilustríssima	19h00 5ªF	19h00 5ªF

Agora-SP	Entrega de Ap	Material
1ª Caderno/Vencer/Classificados	19h00 5ªF	20h00 5ªF

Segunda 04/05

Folha de S. Paulo	Entrega de Ap	Material
Poder/Mundo/Mercado/Cotidiano/ Esportes/Classificados/ Ilustrada/Acontece	19h00 5ªF	19h00 5ªF

Agora-SP	Entrega de Ap	Material
1ª Caderno/Vencer/Classificados	19h00 5ªF	19h00 5ªF
Agora Show	19h00 5ªF	19h00 5ªF

Terça 05/05

Agora-SP	Entrega de Ap	Material
Agora Show	19h00 5ªF	19h00 5ªF

MODERNINHAS COM

0% DE TAXA

EM VENDAS ATÉ R\$ 10 MIL

Vem com

Pag Bank

O banco grátis onde seu dinheiro rende 10% a mais que a poupança.

- ✓ Aceita todas as bandeiras
- ✓ Vem com banco e cartão internacional totalmente grátis
- ✓ Frete grátis
- ✓ Venda com link de pagamento pelas redes sociais (Instagram, WhatsApp, Facebook e Twitter)

PagSeguro

VENDA SEGRA

100% CDI

TEDS ILIMITADAS

100% DA POUPANÇA

Google Play

App Store

Peça já, acesse ou ligue: **PAGSEGURO.COM.BR**

4003 6624

Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

PagBank

Os novos clientes que solicitarem a Moderninha Pro 2, Smart, X, Plus e Minizinha Chip 2 terão taxa de 0% no débito ou crédito à vista até R\$ 10.000,00 em vendas. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br. Os que solicitarem a Minizinha terão 0% no débito ou crédito à vista nos 3 primeiros meses ou até R\$ 1.500,00 em vendas. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br. Após essa promoção, serão 1,50% de taxa no débito durante 12 meses e 4,99% no crédito à vista. Depois desse período, as taxas serão 2,99% no débito e 4,99% no crédito à vista. Consulte as condições da promoção em pagseguro.com.br. Para saber mais sobre o rendimento e suas condições, acesse pagbank.com.br. Condição do cartão Internacional: Abertura da conta de pagamento sujeita à análise cadastral do PagSeguro. Consulte condições da Conta Digital em pagbank.com.br. Condição do cartão Internacional: Condição para abertura da conta de pagamento. O cartão grátis deve ser sempre utilizado na fatura crédito, para compras e saques. Recibimento na hora, válido para vendas realizadas a partir de 01/05/2020. Excluído para transações chip e sem o contato com o vendedor. O valor pode ser pago em até 1 hora na Conta PagBank. Para transações digitais o recebimento ocorrerá em 30 dias. Demais formas, o recebimento ocorrerá em 7 dias. Sobre outras regras de TED, consulte pagbank.com.br. Link de pagamento: consulte condições em pagseguro.com.br ou pagseguro.usd.com.br.

mercado coronavírus

Campanha recoloca Guedes no trono

Ministro reassume comando da economia, que não tinha perdido, mas está agora ameaçado

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A campanha para que Paulo Guedes reassumisse o controle da política econômica parece ter chegado ao fim e ao cúmulo nesta quarta-feira (29).

O ministro-general Braga Netto (Casa Civil) fez juras de amizade, Jair Bolsonaro disse repetidas vezes que o ministro da Economia está prestigiado no cargo, os ministros que supostamente sabotavam o reformismo desapareceram ou foram a cerimônias em que precisavam ouvir que Guedes é quem manda.

Na verdade, era uma cam-

panha contra um espantoso agigantado pela ideia historicamente caricata de que estava em curso um "resgate do Estado", um avanço do "desenvolvimento da ala militar", um novo PAC ou um plano "Dilma 3".

Mas campanha houve para colocar Guedes de volta no trono ou para garantir a continuidade do programa de reformas, que andava mal das pernas antes da epidemia e vai ficar sem uma delas depois do colapso econômico e fiscal provocado pela doença.

Decerto havia política nessa disputa, uma tentativa de ocupar espaço, dados o exílio temporário do ministro e o barata-voa dos gastos extras em tempos de epidemia, de pegar carona na crise. Havia política e haverá mais: uma tentativa de dar um nome-fantasia qualquer, "Pró-Brasil Verde Amarelo", aos gastos necessários para conquistar e apaziguar aliados no Congresso em tempos de risco de impeachment.

Ovago, vazio e nebuloso programa anunciado na semana passada não tinha nem fuma-

ça de virada desenvolvimentista, como se dizia nas reações liberais estereotipadas, até por se tratar de muito pouco dinheiro. Embora fumaça, havia algum fogo ali. Mais importante, pode haver mais chamas.

Jair Bolsonaro terá de desfazer promessas de acabar com a velha política e com "o sistema", gastando prestígio com suas bases eleitorais por voltar a ter mensaleiros como confrades. Terá de gastar dinheiro a fim de fazer amigos no centrão. Não deve parar por aí. Mais adiante, Bolsonaro

vai ter de lidar com o problema de manter o teto de gastos tendo de fazer agradados ao Congresso e outras freguesias, a fim de afastar o risco de impeachment.

A julgar pela trajetória provável das contas públicas, vai ser um problema muito difícil de resolver. Guedes sabe do risco de que o teto pode desabar se não forem tomadas medidas como, pelo menos, uma contenção radical dos gastos com servidores federais, pelo que já tem se batido.

Deve ser insuficiente. O crescimento da despesa obrigatória e o aumento mínimo da despesa permitida pelo teto (a inflação vai ser baixa) vão asfixiar o resto da despesa ainda "livre". O investimento público "em obras" será ainda mais achatado, se sobrar algum, justamente aquela despesa que alguns ministros queriam aumentar em uma de-

zena de bilhões por ano — trono, na atual situação.

Como conciliar a manutenção do teto de gastos com as necessidades de sobrevivência operacional do governo (gastos essenciais de funcionamento da máquina), com alguma despesa inevitável em infraestrutura, com a satisfação de necessidades dos novos aliados e com socorros econômicos que ainda serão necessários em 2021?

Talvez com reformas profundas da despesa pública (talhos enormes), o que é muito improvável. Não há apoio político e o Congresso está dedicado a outros assuntos urgentes, haverá eleição municipal e a baderna política causada por Bolsonaro é imensa, para citar os motivos mais nobres.

Com o risco de o teto cair e de as reformas escorrerem pelo ralo, Guedes pode até ficar no trono. Mas governa?

vinicius.torres@grupofolha.com.br

No maior tombo em 11 anos, PIB dos EUA recua 4,8% no 1º tri

Economistas afirmam que o pior ainda está por vir e projetam queda de 30% em termos anualizados no 2º tri

WASHINGTON | REUTERS A economia americana teve, no primeiro trimestre, o seu maior tombo desde a Grande Recessão, reflexo das medidas de paralisação de atividades para conter o surto do coronavírus.

O tombo de 4,8% no trimestre, em termos anualizados, pôs fim ao maior ciclo de crescimento econômico registrado na história dos Estados Unidos.

A divulgação do PIB (Produto Interno Bruto) americano, em taxa anualizada, é diferente da lida pela economia brasileira, que é feita sempre pela variação no trimestre.

Pela leitura trimestral, o PIB dos EUA recuou 1,2% no período de janeiro e março, quando comparado com outubro e dezembro de 2019.

A queda reportada pelo Departamento de Comércio americano foi ainda maior que a prevista por economis-

tas ouvidos pela agência Reuters. Eles projetavam uma contração de 4% no período de janeiro a março, ainda que as estimativas fossem amplas a ponto de englobar previsões de queda de até 15%.

O pior, segundo economistas, ainda está por vir: o PIB pode despencar 30% ou mais no segundo trimestre.

Na China, onde começou o coronavírus e que teve paralisações desde janeiro, o tombo do PIB no primeiro trimestre foi de 6,8%. O Brasil divulgará seus dados no fim de maio.

A retração do PIB reflete o mergulho da economia do país nas duas últimas semanas de março, período em que milhões de americanos solicitaram seguro-desemprego. Desde o começo da crise do coronavírus, mais de 26 milhões de trabalhadores do país pediram o auxílio.

Esse indicador reforçava

a visão de analistas de que a economia do país já estava em uma profunda recessão.

O agravamento do quadro virá porque serviços não essenciais continuam fechados e o desemprego aumenta semana após semana, cortando a renda e o potencial de consumo das famílias.

Omotor da economia americana na última década foi justamente o consumo, responsável por dois terços do PIB. Como transferência de renda, está pagando US\$ 1.200 aos afetados pela pandemia. O governo também ampliou os trabalhadores elegíveis ao seguro-desemprego, incluindo os informais de aplicativos, como motoristas e entregadores.

O tombo do primeiro trimestre deste ano foi o mais profundo desde a queda registrada no primeiro trimestre de 2009, quando a econo-

PIB dos EUA tem maior queda para um primeiro trimestre desde a Grande Recessão

Crescimento do PIB no trimestre, em termos anualizados, em %



produtividade tenha se mantido a 100%", afirmou Kwok Ping Tsang, professor associado da Virginia Tech College of Science.

Fed alerta para queda 'sem precedentes' no 2º trimestre

O Fed (Federal Reserve), o banco central americano, manteve nesta quarta (29) a taxa básica de juros próximo de zero, conforme esperado pelo mercado. A faixa de zero a 0,25% foi implementada, de forma extraordinária, no dia 15 de março, para conter os impactos do coronavírus na economia dos EUA.

O presidente do Fed, Jerome Powell, alertou para a probabilidade de que a atividade econômica dos EUA "caia em um nível sem precedentes no segundo trimestre".

"Já está claro que os efeitos do coronavírus na economia são severos", afirmou Powell em entrevista coletiva.

"Há muitos anos sou um defensor de que os Estados Unidos voltem a um caminho saudável na questão fiscal, e estamos fora desse caminho há algum tempo, com a dívida crescendo mais rápido do que a economia, mas esta não é a hora de atuar diante dessas preocupações", disse Powell, em defesa do aumento de gastos no combate aos efeitos econômicos da pandemia.

Boeing e Airbus perdem R\$ 6,2 bi no 1º tri e vão demitir 10%

Igor Gielow

SAO PAULO As duas maiores fabricantes de aviões do mundo, a europeia Airbus e a americana Boeing, perderam juntas cerca de R\$ 6,2 bilhões no primeiro trimestre em consequência da pandemia do novo coronavírus. Como resultado, cortarão 10% da força de trabalho.

Ambas as empresas divulgaram balanços nesta quarta (29), evidenciando o que o presidente da Airbus, Guillaume Faury, chamou de "a maior crise do mercado de aviação da história".

As restrições a viagens reduziram os voos no mundo em cerca de 60% desde janeiro, com queda no número de passageiros na ordem de 95% em mercados como o americano.

A Boeing teve um prejuízo líquido de US\$ 641 milhões (cerca de R\$ 3,4 bilhões nesta quarta), e a Airbus, de US\$ 515 milhões (R\$ 2,8 bilhões). Ambas as empresas anunciaram cortes de produção e demissão na mesma ordem. Os europeus empregam 160 mil pessoas, e os americanos, 150 mil.

O tombo foi ainda maior para os americanos, que ha-

viam lucrado US\$ 2 bilhões (US\$ 10,8 bilhões) no mesmo período de 2019, porque eles já enfrentavam uma grave crise pela paralisação da produção de seu principal modelo, o 737 MAX.

O avião, responsável hoje por 40,7% de suas 5.049 encomendas, está no chão há 13 meses, proibido de voar enquanto não forem resolvidos os problemas de software que derrubaram duas aeronaves e mataram 346 pessoas.

A crise dupla consumiu US\$ 4,3 bilhões (R\$ 23,2 bilhões) do caixa da empresa neste trimestre.

No sábado (25), a Boeing rescindiu o acordo pelo qual compraria a divisão de aviação comercial da brasileira Embraer, um negócio de US\$ 4,2 bilhões (R\$ 22,7 bilhões) praticamente concluído.

A empresa alegou falta de cumprimento de detalhes do acordo por parte dos brasileiros, mas a explicação não convenceu o mercado.

A Embraer, por sua vez, acusou a Boeing de forçar o fim do acordo por não ter condições de realizar a compra devido a seus problemas financeiros.

Peidiu a abertura um proces-



Boeing 737-800 no aeroporto de Washington Kevin Lamarque/Reuters

so de arbitragem para tentar reaver parte dos R\$ 485,5 milhões que gastou no processo de divisão de sua área comercial dos setores de defesa e aviação executiva.

A fabricante brasileira ainda não divulgou seus números pós-crise, mas o impacto será inevitável.

Segundo anúncio do presidente da Boeing, Dave Calhoun, haverá uma redução média de 30% na entrega dos

aviões que ainda estão sendo produzidos. O 787 cairá de 12 unidades mensais para 10 em 2021, e 7 em 2022. O 777, das atuais 5 para 3 no ano que vem.

O faturamento da Boeing foi de US\$ 16,9 bilhões (R\$ 91 bilhões) no trimestre. A empresa estuda um pedido de ajuda de até US\$ 60 bilhões (R\$ 324 bilhões) do governo americano, uma intrincada negociação que provavelmente ajut-

ta falência de pequenas e médias empresas.

Em uma tentativa de minimizar os danos da quarentena, o governo americano aprovou um pacote de US\$ 2,2 trilhões (R\$ 12,3 trilhões) para ajudar empresas e famílias.

Como transferência de renda, está pagando US\$ 1.200 aos afetados pela pandemia. O governo também ampliou os trabalhadores elegíveis ao seguro-desemprego, incluindo os informais de aplicativos, como motoristas e entregadores.

O tombo do primeiro trimestre deste ano foi o mais profundo desde a queda registrada no primeiro trimestre de 2009, quando a econo-

mia americana atravessava a crise iniciada em 2008.

Muitas fábricas e negócios considerados não essenciais, como restaurantes, foram fechados ou obrigados a operar abaixo da capacidade em meio a quarentenas impostas para conter a pandemia de Covid-19.

Euma parcela daqueles que não perderam o emprego passou a fazer home office, o que, na avaliação de especialistas, reduz a produtividade. Isso porque é preciso conciliar o trabalho com as tarefas da casa e a educação dos filhos, por exemplo.

"Para trabalhadores que passaram a trabalhar de casa, é altamente improvável que a

demissão seja evitada. O desmonte da Airbus está em questão se não agirmos agora", afirmou em comunicado aos funcionários.

Além das demissões, cortar

á em cerca de um terço sua produção. A linha best-seller, do A320 e A320neo, cairá de

67 para 40 aviões por mês. O A350, de 10 para 6, e o A330-330neo, de 3 para 2.

Em um relatório sobre o setor, a consultoria americana Agency Partners considera que os cortes das empresas não deverão ser suficientes. Prevê que sejam necessários mais 30% de reduções.

Analisando o caso da Airbus, sugeriu que o recorde de entregas de 2019, 863, será coisa do passado. Prevê uma queda para 603 aviões neste ano e meros 355 em 2021. Só depois a produção voltaria a subir, chegando em 2027 a 80% do atingido em 2019.

O desempenho de 2019, o melhor nos 50 anos da empresa, foi realizado pela crise do 737 MAX: a Boeing só conseguiu entregar 380 aeronaves. As duas empresas formam o duopólio da aviação comercial com aparelhos para mais de 150 passageiros.

A França, que é acionista da Airbus assim como outros países do consórcio, como a Alemanha, já se prontificou a negociar um acordo para ajudar a empresa. Até aqui, os europeus fizeram uso de uma linha de crédito regular de US\$ 32 bilhões (R\$ 173 bilhões).

Promotoria investiga compra sem licitação de R\$ 550 mi da gestão Doria

Governo de São Paulo adquiriu 3.000 respiradores da China e diz que seguiu requisições legais

Rogério Pagnan
e Artur Rodrigues

SÃO PAULO Uma compra de mais de R\$ 500 milhões, feita sem licitação pelo governador João Doria (PSDB) para aquisição de respiradores dado o caráter de urgência, causou estranhamento em integrantes da administração estadual e levou o Ministério Público de SP à abertura de uma investigação para apurar as circunstâncias dessa operação.

São 3.000 aparelhos importados da China por um intermediário do Rio de Janeiro a um custo de US\$ 100 milhões (ou mais de R\$ 550 milhões). Esse é o maior gasto individual da gestão tuiana com ações contra o coronavírus e representa quase metade do R\$ 1,2 bilhão estimado pelo governo de custos extras com a pandemia.

A Secretária da Saúde estadual afirma que cumpriu as exigências legais e os decretos estadual e nacional de calamidade pública. Aponta, ainda, a urgência do equipamento, dado o agravamento da pandemia no estado, e o fato de o governo federal ter comprado toda a oferta de respiradores nacionais.

Mesmo tendo adotado o combate ao novo coronavírus como uma das vitrines

de seu governo, e esperar pela entrega dos equipamentos já nesta semana, Doria nada detalhou até agora sobre essa compra em seus comunicados praticamente diários no Palácio dos Bandeirantes.

A única divulgação oficial se limitou a pouco mais de 20 linhas do despacho publicado no Diário Oficial do estado na última quinta (23) e retificada na sexta (24). A aquisição é atribuída à Coordenadoria Geral de Administração, que organiza e realiza compras pela Secretaria da Saúde aos vários órgãos da pasta.

Promotores ouvidos pela Folha afirmam que a dispensa de licitação para compras emergenciais é prevista em lei. Ela não dá, porém, carta branca para o administrador público realizar aquisições de qualquer maneira.

Um dos pontos que chamam dos promotores, além da rapidez da entrega (tratando-se de importação da China), é o valor que deve ser pago em cada unidade: média de R\$ 180 mil.

Mesmo em uma corrida mundial em busca desse tipo aparelho, o preço de aquisição dos ventiladores é considerado elevado.

O governo paulista comprou dois modelos diferentes de um deles: o ICU Ventilator SH300, um respirador top de linha, e

o outro, o Ax-400, da empresa Comen, que é um ventilador de anestesia, ambos fabricados por empresas chinesas.

O gasto com respiradores pelo governo paulista é acima daquele feito com outros modelos de ponta no mercado, encontrados à venda pela reportagem com preços na faixa de R\$ 60 mil. Também está acima de cotações mais antigas feitas para o SH300, em páginas de vendas de produtos médicos na internet, nas quais os preços variam de US\$ 3.500 a US\$ 20 mil (entre R\$ 19 mil e R\$ 127 mil pelo câmbio desta quarta-feira, 29).

Fontes do mercado de produção dos respiradores afirmam que, em meio à pandemia, os preços têm subido muito.

A reportagem encontrou unidades de respiradores, que devido à menor escala têm preço maior, por até R\$ 145 mil.

No início de abril, o Ministério da Saúde anunciou a compra de 6.500 respiradores mecânicos pelo valor de R\$ 322,5 milhões, o que dá uma média de R\$ 49,6 mil por unidade.

A compra foi feita de fabricação nacional, mas o prazo de entrega era bem maior do que o obtido pelo estado. No caso do governo federal, a entrega de 2.000 aparelhos ocorreria ainda em abril

e o restante em até 90 dias.

A Secretária da Saúde afirmou que "como o governo federal fez a aquisição de toda a produção nacional e, consequentemente, impediu que os estados comprassem respiradores no Brasil, foi necessária a importação".

"Além disso, o Ministério da Saúde não deu perspectiva de entrega dos equipamentos, podendo levar até 90 dias, como noticiou a própria Folha", diz o governo, que afirma que os pacientes não podem esperar esse tempo.

O governo estadual enviou à Folha a lista com oito empresas que tiveram produtos cotados. A de menor valor ofereceu aparelho por R\$ 63,6 mil, mas o equipamento não pôde ser entregue devido à requisição federal. Duas empresas ainda ofereceram aparelhos com valores menores, mas com prazo maior.

"A lógica da compra tem o tempo de entrega, que é mais do que fundamental. O estado não precisa de respirador em agosto. Precisa de respirador em maio. Ela tem uma segunda lógica que é de escala, de qualidade do produto e também de preço. Então, nas especificações e no tempo que São Paulo precisa dos respiradores nós compramos de quem ofertou o menor preço,

Números da pandemia no estado de São Paulo

26.158 casos

Entre terça e quarta, foram registrados 2.117 novos pacientes no estado; SP tem uma taxa de 59,5 casos por 100 mil habitantes

2.247 mortes

Foram confirmados 198 novos óbitos no período de 24 horas; a taxa no estado é de 5,1 mortes por 100 mil habitantes

68,7%

Índice de ocupação de leitos de UTI, segundo o governo do estado

48%

Taxa de isolamento da população na terça-feira (28), segundo o governo do estado

47.500 testes

realizados para Covid-19 no estado desde o início da pandemia até 28 de abril, segundo o Instituto Butantan



O governador João Doria, à esq., e o prefeito Bruno Covas (de blazer) em visita ao hospital de campanha no ginásio do Ibirapuera, na zona sul de São Paulo. Adriano Vizoni/Folhapress

Uso de máscara será obrigatório em ônibus e táxis

SÃO PAULO O governador João Doria (PSDB) e o prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciaram nesta quarta-feira (29) a obrigatoriedade do uso de máscaras em ônibus e carros de aplicativos de carona no estado de São Paulo. A regra vale a partir do dia 4 de maio.

O anúncio foi feito no Palácio dos Bandeirantes, na coletiva diária sobre a pandemia do novo coronavírus. O poder público trata a medida como endurecimento das medidas de quarentena diante da queda no índice de isolamento social, que ficou em 48% na última terça-feira (28).

Decretos serão publicados estabelecendo a proibição do uso desses meios de transportes e a possibilidade de veto aos passageiros em caso de ausência do equipamento.

Os passageiros sem máscara serão advertidos e as empresas que os transportar poderão receber multas.

Segundo Covas, a multa para empresas de ônibus que transportarem passageiros sem máscara será de R\$ 3.300.

"Muitas vezes as pessoas podem reclamar do incômodo de se utilizar uma máscara, mas é um incômodo pequeno em relação ao benefício que ela traz do ponto de vista sanitário", disse Covas.

"Todos os motoristas deverão obrigatoriamente trabalhar com máscaras. E todos os usuários também [deverão usar]. O motorista estará apto a negar a corrida", disse Doria. O poder público afirma que facilitará a venda das máscaras perto de estações.

"Estaremos contribuindo para que nas imediações das estações [as máscaras] sejam comercializadas", disse secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy. A obrigatoriedade de máscaras nos trens do Metrô e da CPTM já havia sido anunciada.

Doria também afirmou que o atual índice de isolamento social é baixo e insuficiente para a reabertura da economia, planejada para 11 de maio. "Numa taxa de isolamento de 48%, não há menor condição de flexibilização, com risco de colapso no atendimento público nos hospitais." AR

ABNT cria manual para produção de máscaras de tecido

Luciano Trindade

SÃO PAULO Item obrigatório em várias cidades brasileiras e indispensável em todo o país para a prevenção da Covid-19, as máscaras de tecido destinadas à população em geral passarão a ter a partir desta quarta (29) um manual de

confeção desenvolvido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

O órgão definiu especificações técnicas para que o protetor possa ser fabricado pela indústria, artesanalmente ou em confeções domésticas.

"Como tem sido bastante recomendado [o uso de máscaras] e não havia nenhuma norma para as máscaras de uso não cirúrgico, nós levamos 20 dias para fazer um documento com as normas práticas baseado em um manual europeu", afirmou o presidente da ABNT, Mario William, em entrevista à Folha.

As especificações regulamentadas pela entidade são baseadas em normas editadas na Espanha e na França, segundo William, e contam com orientações da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

De acordo com o documento, as máscaras devem prote-

ger a boca, o nariz e o queixo e não devem possuir válvulas inspiratórias ou expiratórias.

Na confecção, deve-se evitar o uso de tecidos como poliéster puro e outros sintéticos e dar preferência, sendo recomendado o uso de tecidos que tenham pelos menos 90% de algodão na sua composição.

O produto deve possuir três camadas: uma com tecido não impermeável na parte frontal, uma de tecido respirável no meio e uma de tecido de algodão na sua composição.

Também é importante evitar tecidos que retenham calor, leves e muito porosos. Não é indicado usar grampos ou cliques no design das máscaras.

As alças devem cercar a cabeça ou as orelhas e podem ser feitas com elásticos ou um laço de tecido, costurados ou soldados às máscaras.

ACESSE O MANUAL EM folha.com/manualmascara

Em SP, Samu não terá mais função de declarar óbito

SÃO PAULO As equipes do Samu (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) deixarão de ter a função de fazer declarações de óbito, segundo informativo interno do órgão municipal.

Médicos do serviço reclamavam de ficarem sobrecarregados com a função, o que fazia com que deixassem de atender pacientes em situação de urgência.

Um decreto da prefeitura, publicado na sexta (24), autoriza médicos da PM, do Corpo de Bombeiros, das Forças Armadas e do Samu a lavar declarações de óbito, de mortes não violentas, ocorridas na cidade fora de unidades de saúde.

Em nota, a prefeitura disse que, a partir de 1º de maio, terá seis novas equipes para realizar o serviço de emissão de declaração de óbito em domicílio. AR

Estado do Rio vê risco de não pagar ao funcionalismo

Secretário de Fazenda lamenta queda de arrecadação e diz que, sem socorro da União, faltará dinheiro para os salários de julho

O Globo · 30 abril 2020 · PAULO CAPPELLI cappelli@oglobo.com.br

O governo do Estado do Rio informou ontem que corre o risco de não ter recursos para pagar aos servidores já em agosto, se não receber socorro financeiro da União. De acordo com o secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, nem mesmo o mês de julho do funcionalismo está garantido. A dificuldade de caixa do Palácio Guanabara foi acentuada pela pandemia, que afeta a arrecadação de ICMS, e pela queda no preço do barril de petróleo, que reduz a receita oriunda dos royalties. O impacto estimado é de R\$ 15,7 bilhões nos cofres fluminenses.

Rodrigues de Carvalho reconheceu a gravidade da situação ao ser procurado pelo GLOBO para comentar um levantamento das contas do Rio feito pelo gabinete do deputado estadual Renan Ferreirinha (PSB). Segundo o estudo, o rombo nos cofres tende a crescer, com despesas cada vez maiores e sem que a receita acompanhe os gastos.

—Sem o auxílio da União, já teremos dificuldade de pagar salários em julho (referente ao mês trabalhado de junho). Não digo que não conseguiremos pagar, porque pode ser que consigamos fazendo algumas manobras de tesouraria. Em agosto, aí sim, com certeza já não teremos dinheiro para pagar ao funcionalismo. Obviamente, isso afeta o pagamento do 13º salário também —disse o secretário.

Ainda de acordo com Rodrigues de Carvalho, o estado precisaria receber da União pelo menos R\$ 10 bilhões dos R\$ 15 bilhões pleiteados, para garantir o pagamento dos servidores ao longo de 2020 e manter os serviços essenciais.

—Nenhum estado brasileiro consegue sobreviver a uma queda de 30% das receitas. Quando faltar dinheiro, os estados atrasarão o pagamento de fornecedores. Depois, os salários dos servidores. Se a União não socorrer estados e municípios, todos quebrarão.

Na visão de Carvalho, a crise atual do estado é diferente da ocorrida em 2016. O secretário afirmou que, naquele ano, os problemas financeiros atingiam especificamente o Rio de Janeiro e foram acarretados por “desvios e má gestão”. Ele argumentou que, agora, há um problema estrutural.

—Uma variável importante é quanto tempo as medidas restritivas vão perdurar. E é uma variável absolutamente derivada da questão da saúde. Quanto mais tempo demorarem, maior o impacto na economia. Isso é uma preocupação do mundo inteiro.

‘TRAGÉDIA ANUNCIADA’

Renan Ferreirinha disse que, pelo levantamento de seu gabinete, é possível perceber que a crise econômica do estado já se anunciava antes da pandemia:

—O Palácio Guanabara estimava arrecadar este ano R\$ 55 bilhões. No entanto, o último Relatório Resumido de Execução Orçamentária aponta despesas de R\$ 83 bilhões. E nessas despesas não estão computados os R\$ 4 bilhões que o estado tem que pagar este ano pelo empréstimo junto ao banco BNP Paribas, referente ao Regime de Recuperação Fiscal firmado em 2016. A conta não fecha. Essa crise será pior que a última — alertou Ferreirinha. — Em três anos, metade do que o Rio arrecadar com receitas tributárias, royalties e transferências terá que ser pago ao governo federal.

Além do socorro federal, duas negociações são cruciais para a saúde financeira do estado nos próximos meses. Primeiro, o Palácio Guanabara tenta postergar o início do pagamento da dívida com a União, uma vez que os três anos de alívio concedidos pelo Regime de Recuperação Fiscal se encerram em setembro. Outro ponto fundamental para o governo é um possível adiamento da quitação da dívida de R\$ 4 bilhões com o BNP Paribas, cujo prazo termina em 20 de dezembro. Se não for cumprido, a União, credora no processo, vai se responsabilizar pela conta e, em troca, assumirá o controle da Cedae. O estado planeja leiloar a empresa, e, segundo estimativas do governador Wilson Witzel, a companhia está avaliada em mais de R\$ 10 bilhões.

— Temos a possibilidade de negociação com o BNP Paribas buscando uma dilação de prazo. Temos conversado. É incipiente, mas pode ser que se concretize — disse Rodrigues de Carvalho, acrescentando que, por conta da pandemia, ainda não é possível garantir que o leilão da companhia aconteça este ano. — O edital iria para a rua em agosto. Só não irá senão tiver condições de mercado. Nós não vamos rifar a Cedae e, esperamos o melhor momento.

Congelamento de salário não vai atingir a Saúde

O Globo · 30 abril 2020 · MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo está perto de fechar acordo com o Senado para o socorro a estados e municípios. A equipe econômica conseguiu impor a contrapartida do congelamento de salários de servidores por 18 meses. Médicos e enfermeiros devem ter gratificações temporárias, e policiais também podem ser beneficiados.

Depois de ser derrotado na Câmara dos Deputados, o governo está perto de fechar um acordo com o Senado para o projeto de socorro a estados e municípios. A mudança representa uma vitória para o governo, que conseguiu emplacar o congelamento de salários de servidores públicos por 18 meses como contrapartida. Serão feitas exceções durante a pandemia para categorias profissionais ligadas diretamente ao combate à doença, como médicos e enfermeiros, que poderiam ser beneficiados com gratificações temporárias. Ainda está em negociação com os parlamentares a inclusão de policiais nesta lista de exceções.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, ofereceu um pacote de até R\$ 130 bilhões aos governos regionais — entre recursos novos, iniciativas já anunciadas e medidas como a suspensão de pagamentos de dívidas dos entes junto à União, Caixa Econômica Federal, BNDES e organismos internacionais — para reduzir os impactos do coronavírus. Além disso, a proibição de reajuste para o funcionalismo pode gerar uma economia de R\$ 100 bilhões em 18 meses para governadores e prefeitos.

—O presidente Davi Alcolumbre (presidente do Senado) é o próprio relator. Vamos injetar R\$ 120 bilhões, R\$ 130 bilhões para saúde, saneamento, para estados e municípios. Seja merenda escolar, saneamento, transporte público, que têm sido mantidos durante a pandemia — disse o ministro, em transmissão ao vivo com empresários do varejo.

A negociação com o Senado deixa de fora do congelamento as categorias “que estão na rua”, como definiu Guedes. Com isso, poderá haver aumento para o setor de saúde, mas não para outras áreas de estados e municípios. Técnicos do Ministério da Economia explicaram que o projeto permitirá a criação de gratificação temporária aos trabalhadores, desde que ela esteja limitada ao período da calamidade e vinculada a ações de combate à Covid-19. Seria possível, portanto, contemplar médicos e enfermeiros.

—Se nós mandamos R\$ 120 bilhões, R\$ 130 bilhões extraordinariamente, em alta velocidade, para estados e municípios, esse dinheiro não pode ficar em aumento de salário. Senão estaríamos nos disfarçando sob o manto de uma crise para fazer um excesso eleitoral, no meio de uma crise extraordinária — disse Guedes.

Segundo o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, o debate atual sobre o tamanho da transferência direta aos governos regionais gira em torno de R\$ 50 bilhões, R\$ 55 bilhões “ou até um pouco mais”. Isso já mostra que o governo cedeu porque a equipe econômica havia proposto inicialmente aos deputados repasses que giravam em torno de R\$ 40 bilhões de dinheiro novo.

O ministro foi buscar apoio no Senado depois de a Câmara aprovar medida que prevê que a União compense por seis meses perdas na arrecadação de ICMS (nos estados) e de ISS (nos municípios). Para a equipe econômica, esse modelo seria um “cheque em branco” aos governos locais e representaria um risco fiscal. Na hipótese de a arrecadação com ICMS e ISS diminuir apenas 30% nos meses de abril a setembro deste ano em comparação com o ano passado, o projeto da Câmara teria impacto de R\$ 89 bilhões em transferências federais.

PROJETO VOLTA À CÂMARA

O presidente do Senado deve apresentar hoje sua versão do projeto. Ele quer votar o texto no sábado. Raramente o Congresso tem sessões nos fins de semana. Porém, mesmo que os senadores aprovem o texto da forma como defende o governo, a proposta voltará para análise da Câmara. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já fez críticas diretas ao modelo proposto pelo governo, argumentando que ele não é suficiente para fazer frente à crise nos estados.

O plano alternativo do governo federal enfrenta resistência de governos locais. Na avaliação de um técnico do Conseq, comitê que reúne secretários de Fazenda do país, a discussão “não saiu do lugar”, já que o volume de dinheiro novo envolvido na proposta é semelhante ao que já havia sido considerado insuficiente pelos gestores locais. O governo do Rio afirma precisar dos recursos em maio e que há risco de não conseguir pagar servidores a partir de agosto.

Os estados estão alinhados com os municípios. Na terça-feira, a Abrasf, associação que reúne as secretarias de Finanças das capitais, enviou carta a Alcolumbre pedindo a “aprovação da recomposição integral” das perdas na arrecadação de impostos, nos moldes do texto aprovado na Câmara.

Após apreensão do mercado sobre seu futuro e divergências em razão do programa PróBrasil, Guedes iniciou sua fala ontem aos empresários dizendo que tem apoio do presidente Jair Bolsonaro. No fim do dia, apareceu a orelha do ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, no Palácio do Planalto.

—Eu sigo com a mesma energia, com a mesma determinação. O presidente tem me apoiado, as hipóteses com que trabalho têm se mantido —disse Guedes.

Ministro diz que aumentar gasto seria ‘oportunismo’

Guedes descarta plano para ‘novo PAC’, afirma que retomada será com investimento privado e que não há atrito com a Casa Civil

O Globo · 30 abril 2020 · Economia@oglobo.com.br BRASÍLIA (Manoel Ventura e Gustavo Maia)

Depois da polêmica criada com a divulgação de um programa comandado pela Casa Civil da Presidência da República focado em obras públicas para a recuperação econômica, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o caminho do gasto federal já foi testado e deu errado. Ao criticar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), símbolo das gestões petistas, Guedes afirmou que a retomada virá pelo setor privado.

— A retomada do crescimento virá pelo investimento privado. O caminho do investimento público, o PAC, já foi seguido e já deu errado. Se você cavou um buraco, foi para o fundo do poço, através dessas obras públicas indiscriminadas, a solução para sair do buraco não pode ser cavar mais fundo, repetir a mesma estratégia, fazer um novo PAC — disse Guedes, em transmissão ao vivo com empresários do varejo.

No fim do dia, Guedes apareceu ao lado do ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, e reiterou que seria “oportunismo político” aumentar os gastos agora:

— Seria muita irresponsabilidade fiscal, seria imperdoável para a população brasileira se aproveitássemos uma crise na saúde para transformar seja numa farra eleitoral, seja num protagonismo excessivo, com um ministro ali que queira, para se engrandecer, colocar em risco o próprio governo do presidente.

O ministro da Casa Civil afirmou que nunca houve choque entre os dois nem com o presidente Jair Bolsonaro a respeito do programa:

— Em nenhum momento se pensou em sair do programado, sair do trilho programado pela Economia. Quem dá esse caminho é exatamente, a palavra final, é a Economia, se é possível, se não é possível, e quem decide é o presidente da República.

SEM ‘BATER A CARTEIRA’

Guedes também fez questão de afastar qualquer indício de atrito com o colega:

— Nós temos um excelente relacionamento pessoal. E nos conhecemos há mais tempo até. Nos conhecemos pessoalmente agora, há pouco tempo, mas temos relações bem mais antigas por-me iode familiares. A relação extraordinariamente clara, simples, direta.

Após a repercussão, o governo adapta o Pró-Brasil, para dar ênfase ao setor privado.

O programa é defendido por ministros como o da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Semana passada, o governo falou de um programa de R\$ 30 bilhões para gerar mais de 1 milhão de empregos.

— Não pode alguém achar que, no momento em que nós fomos baleados, caímos no chão, tá uma confusão danada e temos que ajudar a Saúde, alguém vem correndo, bate a nossa carteira e sai correndo. Isso não vai acontecer — disse o ministro da Economia.

Guedes disse que o chefe da Casa Civil, ao anunciar o Pró-Brasil, reuniu pedidos da Esplanada dos Ministérios, mas os agentes econômicos reagiram:

— A nossa retomada será com saneamento, com transportes, com a infraestrutura, com o marco regulatório do gás, do setor elétrico, com a reforma tributária, com os impostos, com a desoneração do ato de criar empregos.

Contas públicas terão déficit de R\$ 600 bi

Estimativa do governo federal para 2020 leva em consideração os custos dos programas de combate aos efeitos sociais e econômicos da Covid-19, bem como a queda de receitas que a União terá por causa da crise

O Globo · 30 abril 2020 · MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo federal já estima que o setor público terá um rombo histórico de R\$ 600 bilhões neste ano, por causa das medidas tomadas para enfrentar o coronavírus e da queda de receitas que a União terá por conta da crise. Esse número equivale a 8% do PIB, e os dados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional.

Ainda sem os impactos da pandemia do coronavírus, em março, as contas públicas fecharam com déficit de R\$ 21,2 bilhões, o terceiro pior resultado da História.

O impacto da crise será sentido majoritariamente em abril, maio e junho. O governo também prevê disparada do rombo das contas públicas em 2021, com o déficit atingindo R\$ 150 bilhões. O rombo histórico de 2020 será resultado dos gastos que o governo está autorizando para Saúde e para limitar os efeitos econômicos do coronavírus. Além disso, a crise econômica fará as receitas federais desabarem em R\$ 100 bilhões.

— Junto com o déficit de estados e municípios, a gente está caminhando para um déficit de R\$ 600 bilhões. Mas é uma piora fiscal temporária. Não se pode falar que o governo não está reagindo. Estamos —disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Como consequência do rombo, a dívida pública vai aumentar. Para o Tesouro, isso irá requerer “um esforço fiscal do país ainda maior no período posterior ao da crise”.

“A manutenção do processo de consolidação fiscal, por meio da regra do teto dos gastos, é fundamental para garantir a solvência das contas públicas e, por consequência, a sustentabilidade das políticas públicas tão necessárias no país”, defendeu o Tesouro.

O teto de gastos limita o crescimento das despesas da União. Em casos excepcionais, como o de agora, as despesas para superar a crise estão sendo feitas fora do teto. Até esta quarta-feira, o governo federal já instituiu créditos orçamentários no montante de R\$ 252,8 bilhões em novas despesas e pagou R\$ 59,8 bilhões desse valor.

O Tesouro destacou que todos os programas de combate aos efeitos econômicos e sociais da Covid-19 são temporários, com execução concentrada no trimestre de abril a junho. Como a maior parte desses programas envolve ações de transferência de renda, não se espera que a sua execução gere valores a serem pagos em 2021. Isso significa que a execução dessas despesas deve ficar restrita ao ano fiscal de 2020.

Crédito para salário atrai apenas 9 mil empresas

Expectativa inicial do governo era atender 1,4 milhão de companhias de pequeno e médio porte e 12,2 milhões de trabalhadores com empréstimo para folha de pagamento. BC espera avanço na procura a partir de maio e diz que pode fazer ajustes

O Globo · 30 abril 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Lançado no fim de março pelo presidente Jair Bolsonaro como uma das primeiras medidas para mitigar os efeitos econômicos da crise da pandemia de coronavírus, o financiamento para a folha de pagamento para pequenas e médias empresas apresentou baixo resultado em seu primeiro mês de vigência. Os empréstimos foram contratados por 9.454 empresas desde sua implementação, no início do mês. Segundo o Banco Central, 124.225 empregados foram contemplados pela medida.

A estimativa inicial era que o programa iria beneficiar 1,4 milhão de pequenas e médias empresas do país e um total de 12,2 milhões de trabalhadores.

Os números registrados em abril foram contabilizados até o dia 27 do mês. Segundo o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza, o financiamento terá efeito maior em maio, porque parte da folha de abril já tinha sido paga. Problemas para a implementação da linha também retardaram o efeito esperado inicialmente.

—Esperamos uma elevação bastante significativa em maio dessa operação — disse Souza ontem, durante apresentação do Relatório de Estabilidade Financeira (REF).

A linha de crédito é válida para empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões e financiará dois meses da folha de pagamento. A empresa que adotar o programa não poderá demitir por esse período. A linha de crédito é de R\$ 40 bilhões durante dois meses.

Desse total, 85% (ou R\$ 34 bilhões) serão subsidiados pelo Tesouro.

O subsídio era uma demanda dos bancos privados para criarem a linha. Até agora R\$ 156,4 milhões foram disponibilizados.

Segundo Souza, alguns bancos só conseguiram implementar a linha plenamente no dia 20, o que contribuiu para o resultado.

O diretor ressalta, entretanto, que o objetivo do governo, do BC e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que aprovou a medida, é conseguir atender o máximo de empresas.

—Vamos acompanhar e, se necessário, fazer os devidos acertos —disse.

Durante o lançamento, o BC informou que poderia, se entendesse ser conveniente, pedir explicações para os casos em que os bancos negarem a concessão da linha para clientes elegíveis.

Mesmo com boa parte dos recursos garantidos pelo Tesouro, a liberação do dinheiro depende da análise de crédito de cada banco.

Nessa linha, os parâmetros do empréstimo foram fixados pelo governo, deixando pouca margem de ajuste às instituições, o que prejudica os clientes considerados de alto risco.

Ao menos 5,7 milhões de informais não têm internet

Um em cada cinco domicílios do país não contava com o serviço em 2018

O Globo · 30 abril 2020 · PEDRO CAPETTI E KAREN GARCIA economia@oglobo.com.br

Ao menos 5,7 milhões de trabalhadores informais não utilizavam a internet no fim de 2018. Os dados, divulgados ontem, fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que levantou o acesso dos domicílios brasileiros à tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Eles correspondem a 15% do universo de trabalhadores informais, que, segundo o IBGE, somava 37,5 milhões no fim de 2018.

Os números indicam o desafio do governo em atingir essa parcela da população na distribuição do auxílio emergencial de R\$ 600, criado para mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus. É esse grupo de excluídos digitais que corre maior risco de não receber o benefício, uma vez que o cadastro está disponível apenas por internet e aplicativo.

A pesquisa mostrou ainda que o país tinha 14,9 milhões de domicílios sem acesso à internet em 2018, o correspondente a 20% das 71,7 milhões de residências. Ou seja, um em cada cinco lares não contava com o serviço, considerando uso por computador, celular, tablet ou televisão.

Falta de interesse (34,7%), preço do serviço (25,4%) e não saber utilizar (24,3%) foram os principais motivos alegados para não ter internet em casa.

A pesquisado IBGE mostrou ainda que o celular é o principal meio de acesso à internet. Em 99,2% dos domicílios em que havia internet em 2018, o telefone móvel era utilizado para este fim.

Sem computador ou internet em casa, é pelo celular que a cozinheira Cleide Vianna, de 39 anos, se comunica com familiares, amigos e contatos de trabalho. Desempregada desde dezembro, ela conta que não consegue incluir mais essa despesa no orçamento da casa onde mora com duas filhas, em um conjunto habitacional em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio.

— Com o dinheiro de uma conta de internet, eu coloco comida em casa — diz ela.

Todo mês, sua irmã faz uma recarga de R\$ 10 no celular para que a família tenha acesso à internet. Foi assim que sua filha mais velha, de 18 anos, se cadastrou no auxílio emergencial. Todos os dias, elas acessam o aplicativo da Caixa, mas o pedido está em análise.

— Eu nem acesso muitas coisas no telefone porque não sobrecarregaria internet, pois é pouca. E agente não pode correr risco de não ver atualização no aplicativo — diz Cleide.

Para Athayde Motta, diretor executivo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o problema é conhecido:

— É difícil acreditar que o governo não sabia da exclusão digital, não é uma novidade. Talvez as pessoas se espantem agora, no momento da distribuição do auxílio. Não é porque somos

um dos países que mais acessam redes sociais que todos fazem esse acesso.

Para se cadastrar no programa, Marcelo de Oliveira Silva, de 70 anos, recebeu ajuda de um morador do prédio onde presta serviços, no Leme, Zona Sul do Rio. Ele conta que o aparelho de celular que possui é simples e só recebe ligações.

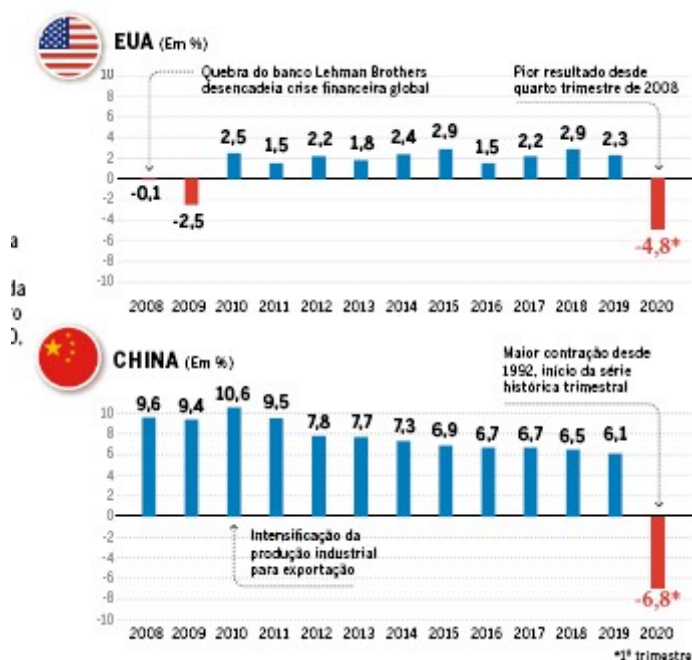
—Tenho um celular velhinho. Só atendo ligações quando aparece um serviço e peço para as pessoas se identificarem, porque não sei salvar contatos. Não entendo nada de computador.

PIB dos EUA despenca 4,8% no 1º tri, pior resultado desde 2008

Primeira retração desde 2014 se soma à de 6,8% da China e reforça sinais de recessão global com forte impacto no Brasil

O Globo · 30 abril 2020 · GABRIEL MARTINS* gabriel.martins@infoglobo.com.br (*Com agências)

País com o maior número de infectados pelo novo coronavírus, os Estados Unidos viram sua economia encolher 4,8% nos três primeiros meses deste ano. A taxa divulgada ontem pelo Departamento de Comércio americano é o pior resultado do maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo desde o quarto trimestre de 2008, quando o país foi o epicentro da crise financeira global. Também é o primeiro resultado negativo desde 2014, interrompendo um longo ciclo de crescimento. No período de outubro a dezembro de 2019, a economia americana tinha crescido 2,1%.



Horas depois da divulgação, o Federal Reserve, o Banco Central americano, manteve os juros básicos nos EUA perto de zero, repetindo o compromisso de fazer roquefor necessário para sustentar a economia. O Fed firmou que a pandemia vai “pesar com força” sobre a perspectiva de curto prazo, e traz “riscos consideráveis” para o médio prazo.

O quadro americano se soma ao chinês na direção de uma recessão mundial sem paralelos desde o início do século XX. Há duas semanas, a China, segunda maior economia do planeta, registrou um tombo de 6,8% do PIB nos três primeiros meses de 2020, primeiro resultado negativo em quase 30 anos. Economistas avaliam que a forte retração dos dois principais motores da economia global indica efeito ainda pior da pandemia nos outros países, que ainda não divulgaram indicadores para o primeiro trimestre, incluindo o Brasil. China e EUA são os principais parceiros comerciais do país, onde o vírus segue em expansão.

QUEDA MAIS FORTE NO 2º TRI

A variação do PIB divulgada pelos EUA é anualizada, diferente da leitura da economia brasileira, sempre pela variação no trimestre. O IBGE divulga o indicador brasileiro em 26 de maio.

Luiz Carlos

Prado, professor do Instituto de Economia da UFRJ, observa que a pandemia afeta praticamente todos os países com a paralisação de atividades econômicas, mas avalia que o Brasil é um dos que mais vão sofrer retendo a se recuperar mais lentamente.

Relatório recente do Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia mundial deve se contrair 3% este ano. Aponta uma recuperação chinesa no segundo semestre, capaz de fechar o ano com alta de 1,2% no PIB, o que é de qualquer forma uma forte desaceleração para as altas taxas dos últimos anos. No ano passado, sob impacto da guerra comercial com os EUA, o país asiático cresceu 6,1%. Já no caso americano, a projeção é de um recuo de 6% em 2020. Para o Brasil, o FMI projeta queda de 5,3%.

—O grande debate agora é o que vai acontecer com a economia global neste ano. Depende de como os países vão sair das quarentenas, principalmente se a reabertura das economias levar a uma segunda onda da doença — diz Prado. —A queda de 4,8% nos EUA é inferior à projeção do FMI para o país neste ano. Isso mostra que o pior, economicamente, ainda está por vir.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/ FGV, projeta queda de 0,7% no PIB brasileiro no primeiro trimestre, menos intensa que a observada nas duas maiores economias do mundo porque a pandemia só teve efeitos práticos por aqui em março. O impacto maior, segundo ela, tende a ser no período entre abril e junho, uma vez que as medidas de isolamento dos que podem ficar em casa ainda não têm uma previsão definitiva para terminar.

— Até fevereiro, os maiores impactos no Brasil estavam ligados à indústria, com a falta de suprimentos da China. A partir de março, quando começaram as medidas restritivas, a situação ficou mais negativa, porque isso atinge fortemente o setor de serviços, que tem o grande peso no PIB do país — diz Silvia. —A grande preocupação é como o segundo trimestre. Nossa estimativa gira em torno de uma queda de 6%, na comparação com o anterior. Mesmo sendo uma queda forte, os números podem ser piores, a depender de quanto tempo serão necessárias medidas de isolamento.

No ano, o Boletim Macro do Ibre/FGV projeta queda de 3,4% do PIB brasileiro. Prado, da UFRJ, diz que a recessão

pode ser ainda pior. Ele destaca que os problemas internos do Brasil, como um cenário de baixo crescimento anterior à Covid-19 e crise política, colocam o país em situação mais vulnerável. O impacto da pandemia nos países vizinhos também atrapalha, diz:

— Sem crise global, cresceríamos na faixa de 1% em 2020. Com o coronavírus, o país foi empurrado com força para baixo. O cenário ruim é intensificado pela falta de sintonia entre governos da América do Sul, e pelo fato de a administração pública local estar muito fragilizada. Isso atrapalha muito o enfrentamento da crise. Assim, o desempenho do Brasil, neste ano, deve ser pior que o da economia global.

Soma de notas fiscais cai 24% na quarentena

Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios leva em conta 18 Estados e Distrito Federal

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 51 minutos

O valor total das notas fiscais eletrônicas ao consumidor (NFC-e) emitidas em 18 Estados e no Distrito Federal encolheu 24% em média desde o início da quarentena, segundo mostra estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O recuo ao longo do período de 35 dias terminado na terça-feira (28) aponta para uma queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Pela Constituição Federal, 75% da arrecadação do ICMS ficam com os governos estaduais e os 25% restantes vão para os cofres das prefeituras. A estimativa de técnicos da CNM é de que a receita do tributo caia de 25% a 30% enquanto perdurarem as medidas de isolamento social e paralisação parcial de atividades econômicas.

- **Dívida bruta só voltará ao nível pré-crise em dez anos, diz BofA**

No cenário mais otimista, as perdas na arrecadação de ICMS somariam R\$ 37,5 bilhões entre abril e setembro, na comparação com o mesmo período de 2019. Já as projeções mais pessimistas indicam impacto negativo de R\$ 56,3 bilhões.

As estimativas se baseiam não só no volume financeiro de notas fiscais eletrônicas emitidas na venda de produtos ou serviços ao consumidor final (do tipo NFC-e). Foram computados também os valores das notas fiscais eletrônicas (NF-e), que abrangem outras transações de compra e venda (entre empresas, por exemplo). As

informações estão disponíveis numa base de dados organizada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Em outros oito Estados que não disponibilizam informações sobre o valor das notas fiscais ao consumidor emitidas houve retração na atividade econômica em seis. A análise - feita por meio de dados que constam do chamado "Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais" (MDF-e) - mostra desaceleração de 21,1% em São Paulo em 35 dias. No Ceará, a contração foi de 28,9%. O MDF-e é um documento digital emitido por empresas de transporte de carga.

Presidente da CNM, Glademir Aroldi defende que a recomposição das receitas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) com recursos da União seja feita com base em quatro critérios distintos. Proposta aprovada na Câmara dos Deputados em 13 de abril prevê que o governo federal compense a queda de arrecadação de Estados e municípios com base nos valores nominais de ICMS e ISS apurados no ano passado.

Aroldi defende que, no Senado, o projeto de lei seja modificado para incorporar outros critérios para a distribuição de recursos da União além da arrecadação nominal de ICMS e ISS. Na visão dele, seria preciso levar em consideração também o tamanho da população; o montante recebido por intermédio dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM); e ainda as compensações devidas em razão da diminuição da receita provocada pela Lei Kandir e do não pagamento do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX).

"Para poder atender todas as regiões do Brasil e conseguir aprovar o projeto, é preciso ter acordo dentro do Congresso Nacional", justifica o presidente da confederação, para quem os diferentes critérios - todos com o mesmo peso - facilitariam a aprovação da ajuda financeira no Senado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

Burocracia e dificuldade legal afastam pequena empresa de ajuda do governo

Dificuldades incluem dívidas tributárias e a quase incapacidade de companhias de porte menor de assumir compromissos de não demitir

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





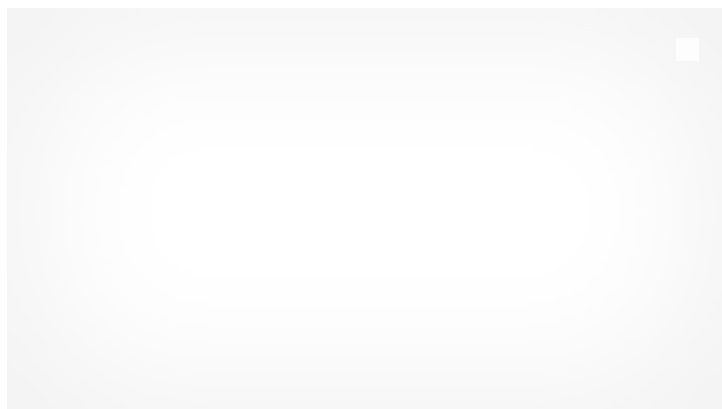
Manoel Pires: governo pode ter de caminhar para expansão das garantias — Foto: Silvia Costanti/Valor

Entraves legais e burocráticos, dificuldade de informação, aversão a dívida e preferência por outros programas ajudam a explicar por que pequenas e médias empresas brasileiras não têm recorrido às iniciativas de crédito anunciadas pelo governo como primeira opção no enfrentamento da crise.

Reportagem publicada ontem pelo **Valor** mostrou que, com três semanas de oferta, apenas 35% do volume disponibilizado para bancar folhas de salários foi contratado. A modalidade prevê crédito com taxa de 3,75% ao ano para financiar por até dois meses a folha de empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. Os tomadores não podem fazer demissões no período.

Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpipi), afirma que, com o futuro incerto, é muito difícil empresas de menor porte assumirem compromisso de que não haverá demissão. Além disso, segundo ele, 77% das companhias do segmento têm dívidas tributárias, outra barreira no acesso a financiamento. “Medidas tradicionalmente colocadas para análise de crédito não podem valer em meio à pandemia”, diz.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

Na mesma linha, Aldo Macri, diretor do Sindilojas SP, que representa cerca de 30 mil lojistas da capital paulista, afirma que um dos principais entraves para pequenos

comerciantes obterem empréstimo nos bancos é a exigência de certidão negativa de débitos (CND) junto ao INSS. “A maioria não está em dia, outros nem sequer sabem como tirar certidões, não estão habituados”, diz. Por isso, para ele, a palavra de ordem é “flexibilizar obrigadoriedades”.

Parte dessa ajuda deve vir com a Medida Provisória 958, publicada em 24 de abril para dispensar bancos públicos de exigir certos documentos na concessão de crédito, afirma Nicola Tingas, economista-chefe da associação das instituições de crédito (Acrefi). Mas há outros gargalos. Um deles, segundo Tingas, é que o programa não abarca despesas importantes, como aluguel e insumos. “Essa linha isolada não garante a necessidade total de capital de giro.”

Dados do Banco Central mostram que empréstimos como um todo tiveram forte avanço em março, mas outra reportagem do **Valor** destacou que grandes companhias ficaram com 88% do aumento. “Em termos de carteira, as pequenas empresas são muito mais sensíveis ao ciclo econômico”, diz o economista Gilberto Borça Jr., mestre pela UFRJ.

Como essas companhias apresentam risco de crédito maior, Borça afirma ser natural, em tempos de crise, bancos se tornarem mais restritivos. No programa do governo para financiar a folha, 85% dos recursos vêm do Tesouro. Embora expressiva, a garantia pode estar se mostrando insuficiente, apontam economistas. “Minha sensação é que as instituições financeiras ainda não foram ‘sensibilizadas’ o suficiente para irrigar empresas com esses recursos. Eles ficam empossados e, no fim, isso é a tradução de um risco de crédito”, afirma Borça.

Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), tem avaliação parecida. Segundo ele, experiências internacionais mostram que, mesmo com risco menores, muitos bancos não aderiram a programas similares e os países acabaram estendendo a garantia para 100%.

Em nota, a FecomercioSP reforça que, para linhas de capital de giro chegarem a mais empresas, o Tesouro Nacional precisa disponibilizar recursos próprios como garantia das operações.

Além da restrição dos bancos, porém, pode haver uma autolimitação dos pequenos empresários, observa Cássio Cavalli, professor da FGV Direito SP especialista em reestruturação de empresas. “A queda de demanda é brutal, muitos estão com faturamento zero. Têm custos fixos, mas não conseguem acessar capital de giro, descontar duplicata. A gente não enxerga um palmo à frente, por que a empresa vai se alavancar ainda mais?”

Pires destaca que, apesar da baixa aderência até o momento, o desenho do programa para a folha faz sentido e a operação ainda é recente. “Isso pode explicar em parte o subaproveitamento”, afirma. Pode ser, no entanto, que a medida tenha chegado um pouco tarde, ele pondera, já que programas de redução da jornada/salário e suspensão de contrato foram operacionalizados antes. “Ainda assim, não são políticas totalmente substitutas. Empresas mais intensivas em capital tendem a se beneficiar pouco dos programas de redução de jornada”, exemplifica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler isso!
FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Carros para quem quer parecer rico, prepare-se
LUPA TIMES

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora
GAME OF GLAM

LINK PATROCINADO

Invenção europeia genial relaxa os músculos do pescoço em 10 minutos

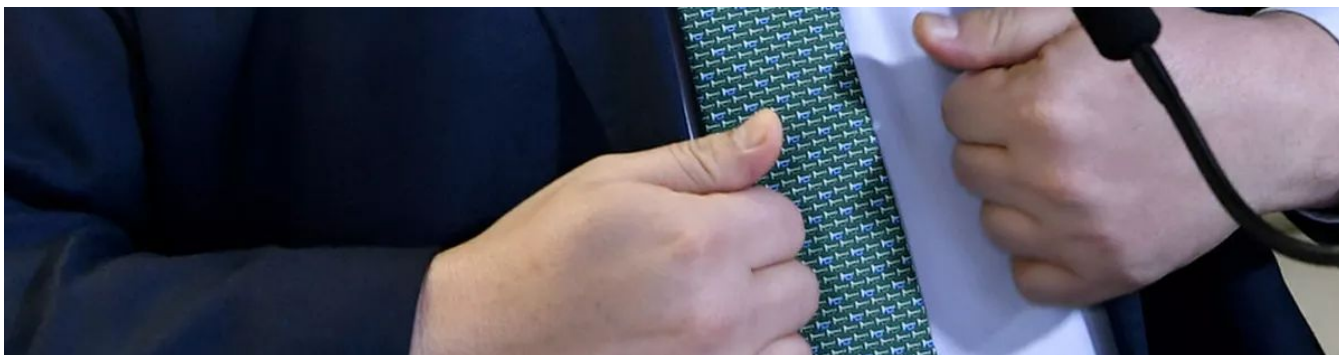
Alcolumbre articula ajuda a prefeituras inadimplentes

Relator do projeto de socorro, presidente do Senado quer criar gratificação à profissionais da saúde

Por Renan Truffi, Fabio Graner, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 44 minutos





Alcolumbre: presidente do Senado avocou para si relatoria de projeto que opôs a Câmara dos Deputados ao governo — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

Costurado pelo Congresso junto ao governo federal, o projeto de socorro aos Estados e municípios deve prever um dispositivo para que prefeituras inadimplentes também tenham acesso ao auxílio da União. Além disso, o texto vai trazer uma gratificação especial para profissionais de saúde envolvidos no combate ao coronavírus no país.

As novidades estão sendo negociadas entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e integrantes da equipe econômica. A previsão é que uma minuta seja apresentada hoje e o texto final seja consolidado no sábado, dia 2, após discussão no plenário. Caso haja consenso, o projeto pode ser votado no mesmo dia, ou seja, ainda durante o fim de semana. Após esta etapa, a proposta ainda precisará ser analisada na Câmara dos Deputados.

- **Câmara quer elevar compensação para corte de salário de até R\$ 3 mil**
- **Trava a compra de créditos deve sair da PEC do Orçamento de guerra**

No caso do artigo que contempla os inadimplentes, a ideia surgiu por recomendação de senadores que participam das tratativas. Alguns dos parlamentares estão preocupados com prefeituras que possuem pendências junto ao Tesouro. O receio é que cidades inadimplentes no Cadastro Único de Convênios, o Cauc, fiquem impedidas de receber o montante encaminhado pelo governo federal.

O Cauc é regulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e serve para embasar transferências ou convênios com a União. Atualmente, os municípios que não estão com a situação regularizada nesse cadastro ficam impedidos de celebrar esses

convênios ou até mesmo receber as transferências. Por conta disso, Alcolumbre se comprometeu a prever o acesso ao auxílio, mesmo nessas condições.

No caso da gratificação, o governo ainda estuda também estender esse benefício para outras áreas, como segurança pública, mas isso dependeria da análise de cada gestor sobre o mecanismo, explicou uma fonte do governo ao **Valor**. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, havia dito que o veto a aumentos de servidores, que deve constar da proposta, não se aplicaria a profissionais de saúde e da segurança pública. Mas fontes próximas a ele esclareceram que o ministro se referia a essa gratificação, que já estaria acertada com o relator do projeto, que é o próprio Davi Alcolumbre. O espírito da iniciativa é garantir um apoio maior aos trabalhadores que estão na linha de frente do combate à covid-19, mas garantindo que a medida seja transitória e não um gasto permanente.

Mesmo com todas essas mudanças, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem evitado tecer comentários sobre o parecer elaborado pelo presidente do Senado. Ontem, no entanto, ele defendeu que congelar salários do funcionalismo por 18 meses, proposta que deve estar no texto, é “mais simbólica do que prática”.

“A situação vai ser mais grave do que discutir apenas congelamento [dos salários], o que pode ser discutido na reforma administrativa”, disse. Na opinião dele, o congelamento de salários pode ser importante, mas não deve trazer uma economia de fato para o governo federal ou mesmo para Estados e municípios. “É muito mais simbólico do que real. Se alguém for dar aumento agora, a própria sociedade vai questionar o prefeito ou governador: vai tirar dinheiro da saúde para dar aumento?”, questionou, em entrevista coletiva.

De acordo com Maia, o importante é garantir dinheiro suficiente para os prefeitos e governadores, responsáveis pela maior parte dos gastos com saúde, para que eles tenham dinheiro para pelo menos pagarem salário. “Estamos vendo casos dramáticos. Alguns Estados estão fechando a arrecadação em abril com queda próxima de 30% a 35% e a projeção para maio é de queda ainda maior, perto de 45%”, disse. Outra discussão que acontece nos bastidores é sobre o montante a ser transferido. O governo já sinalizou com um valor fixo, que poderia chegar a R\$ 60 bi, mas há parlamentares que ainda pressionam por mais.

Déficit primário de abril deve superar rombo de 2019 inteiro

Buraco se deve ao aumento de despesas e adiamento de receita decorrente do combate ao coronavírus

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Rombo recorde

Se confirmada estimativa, déficit primário em abril vai superar todo valor apurado em 2019 - em (R\$ bi)



Fonte: Tesouro Nacional * valores corrigidos pelo IPCA de março ** estimativa

O déficit primário do governo central em abril deve superar o apurado em todo o ano de 2019 devido ao aumento de despesas e postergação de receitas, como impostos, adotados para minimizar os efeitos da pandemia da covid-19 na economia. No ano passado, as contas ficaram negativas em R\$ 95 bilhões. Se confirmada a previsão para abril, será o maior déficit já registrado para um único mês desde 1997, quando o Tesouro Nacional iniciou a série histórica.

“A gente espera apenas para o mês de abril um déficit primário maior do que todo o ano de 2019”, afirmou ontem o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, durante

apresentação dos dados relativos a março. Até hoje, o pior resultado primário mensal já apurado foi em dezembro de 2016, quando as contas ficaram negativas em R\$ 69,9 bilhões em valores corrigidos pela inflação.

O secretário destacou ainda que, com programas já aprovados, revisão de receitas para baixo (devido à perspectiva de retração do PIB neste ano) e possibilidade de novas iniciativas para combater à crise, o mais provável é que o déficit do governo central fique acima de R\$ 550 bilhões neste ano. O rombo do setor público consolidado, por sua vez, ficará perto de R\$ 600 bilhões, algo em torno de 8% do PIB. Além da União, estão incluídas aí as contas de Estados, municípios e estatais, com exceção da Petrobras e da Eletrobras.

De acordo com o Tesouro, nos meses de abril a junho é que as contas serão mais pressionadas. Em função apenas da postergação do pagamento de impostos ou contribuições federais, o governo deixará de arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões. Esse cenário levará a déficits primários “sucessivos em valores expressivos, com os resultados primários melhorando sensivelmente a partir de julho”, diz a secretaria em nota.

Mansueto chama a atenção para o déficit, mas diz que a piora fiscal deve ser temporária, resultado de aumento da despesa primária em mais de R\$ 250 bilhões com as medidas de combate ao coronavírus, além da perda de arrecadação, do preço do barril de petróleo e redução de recebimento de dividendos. Mas, mesmo diante dessa conjuntura, “ninguém discute aumento de imposto”, diz ele. “Está descartado.”

O secretário afirmou que ainda não há um número oficial sobre a estimativa do PIB deste ano, mas que a Secretária de Política Econômica (SPE) está revisando os dados. “Não deve ser algo muito diferente do que as estimativas de mercado”, contou. “Só sabemos que a perda de arrecadação será significativa.”

O cenário também implicará na elevação significativa do endividamento público e isso, diz o Tesouro, vai requerer um esforço fiscal ainda maior no período posterior ao da crise. “A manutenção do processo de consolidação fiscal, por meio da regra do teto dos gastos, é fundamental para garantir a solvência das contas públicas e, por

consequência, a sustentabilidade das políticas públicas”, afirma a Secretaria do Tesouro.

Somente em março, o déficit primário do governo central foi de R\$ 21,171 bilhões, valor ligeiramente inferior ao número negativo de R\$ 21,087 bilhões apurado no mesmo mês de 2019. No trimestre, registra um déficit de R\$ 2,908 bilhões ante R\$ 9,288 bilhões do mesmo período do ano passado. O secretário explicou que os números são menores neste ano porque o governo não efetuou pagamento de precatórios em março. Normalmente, os pagamentos são de cerca de R\$ 10 bilhões.

“O pagamento de precatórios ocorre em março em abril. Não teve pagamento em março. Se o pagamento tivesse ocorrido, o número de janeiro a março deste ano seria pior”, disse. Segundo ele, o cronograma de pagamento de precatórios neste ano será diferente e ligado à aprovação de crédito suplementar pelo Congresso para cumprimento da “regra de ouro”.

Mansueto evitou comentar sobre o possível risco associado aos programas de crédito com recursos do Tesouro. Ele reforçou que não cabe à secretaria decidir como os recursos serão gastos. Disse também que está em estudo a possibilidade de aumentar as garantias do Tesouro através do Fundo Garantidor de Investimento (FGI), do BNDES, mas que ainda não se sabe qual será o aporte.

Em relação a um pedido do BNDES para captar até US\$ 5 bilhões junto a agências multilaterais com garantia do Tesouro, Mansueto disse que parte desse empréstimo será autorizada, mas que o valor ainda está sendo debatido. “Talvez tenha que ser um pouco menos”, disse. Também está sendo analisado quanto o BNDES deverá devolver à União neste e no próximo ano.

O secretário voltou a defender que o auxílio para perda de arrecadação que está sendo discutido no Congresso no âmbito do programa de socorro a Estados seja restrito a três meses, podendo ser reavaliado depois. Segundo ele, está no debate que o valor da compensação da União seja superior a R\$ 50 bilhões.

Guedes e Braga Netto tentam mostrar coesão em torno do Pró-Brasil

Os dois ministros negaram divergências e reafirmaram que a estratégia para a economia não muda

Por Lu Aiko Otta, Fabio Murakawa, Mariana Ribeiro, Matheus Schuch e Edna Simão — De Brasília

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 54 minutos



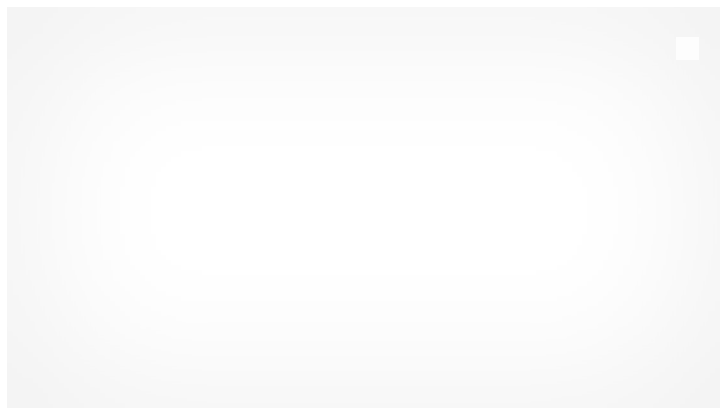
Paulo Guedes (de máscara) e Braga Netto: ministros da Economia e da Casa Civil procuraram mostrar discurso afinado — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Dois dias depois de o presidente Jair Bolsonaro haver reafirmado que o comando da política econômica é do ministro Paulo Guedes, o governo ainda passou o dia de ontem desfazendo os ruídos provocados pelo lançamento do programa Pró-Brasil. Guedes deu entrevista coletiva ao lado do ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto. Negaram divergências e reafirmaram que a economia não muda. No entanto, o orçamento do Ministério da Infraestrutura receberá um reforço de R\$ 4 bilhões.

“Houve uma interpretação equivocada do Pró-Brasil”, disse o ministro da Casa Civil. “Em nenhum momento se pensou em sair do trilho programado pela Economia.”

- **Venda de imóveis recua, mas ministro volta a prometer R\$ 1 tri**
- **Déficit primário de abril deve superar rombo de 2019 inteiro**

PUBLICIDADE

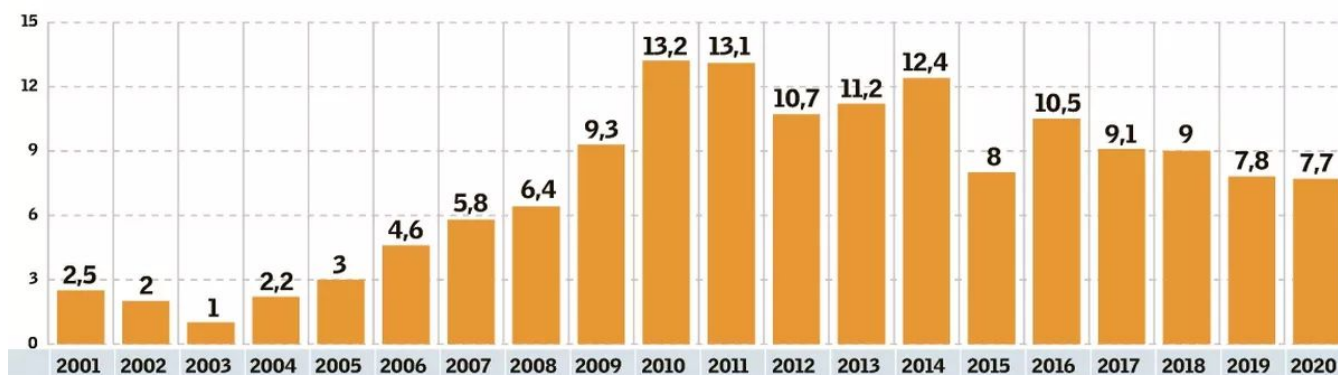


Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

Ele explicou que se trata de programas para a retomada da economia, mas ainda sem discussão de valores. Por isso, Guedes não participou do lançamento, explicou. Mas os programas serão confrontados com a disponibilidade de recursos.

Investimentos em infraestrutura

Valores pagos (R\$ bilhões, valores correntes)



Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial/Elaboração: Contas Abertas. *Valor autorizado para o ano

Guedes frisou que o programa econômico é o mesmo que elegeu Bolsonaro. “Houve [no passado] expansão descontrolada dos gastos públicos e isso acabou estagnando a economia”, disse. Ao rejeitar a reedição de algo nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), afirmou que não se sai de um buraco cavando-o mais profundamente.

Com a crise, o governo teve uma licença para aumentar os gastos, reconheceu. “Mas seria muito oportunismo político se aproveitássemos crise com saúde para transformar em farra eleitoral ou dar protagonismo excessivo a algum ministro.”

Os ruídos tiveram repercussão econômica, frisou Guedes. Nos dias mais turbulentos, houve perda da ordem de R\$ 250 bilhões no valor de mercado das principais empresas da bolsa. As perdas teriam sido recuperadas depois que Bolsonaro reafirmou a rota original da economia.

Ao mesmo tempo em que rejeitou o aumento dos investimentos públicos, Guedes afirmou que não há problema em elevar o orçamento do Ministério da Infraestrutura em R\$ 4 bilhões. Com isso, os R\$ 7,7 bilhões autorizados para este ano chegarão perto de R\$ 12 bilhões.

Levantamento da organização não governamental Contas Abertas mostra que, com esse reforço, o poder de fogo da pasta retornará aos níveis registrados nos anos do PAC. O secretário-geral da organização, Gil Castello Branco, disse que não seria recomendável elevar investimentos pela via do endividamento. Um caminho possível seria remanejar recursos dentro do atual orçamento. Retirando, por exemplo, recursos do Ministério da Defesa.

Pela manhã, em live organizada pelo banco Itaú, o vice-presidente Hamilton Mourão disse que pode ser necessário um “pequeno empurrão” do governo para superar gargalos na infraestrutura e ampliar a capacidade do agronegócio. “É momento de mudar nossa forma de encarar o sistema produtivo no Brasil”, afirmou Mourão.

O vice-presidente disse ainda que a crise levou a um “recuo” na política econômica, de forma que o equilíbrio fiscal só será alcançado em 2023 ou 2024.

Na mesma linha de Mourão, em live do portal Mercado & Consumo, Guedes disse que as exportações de alimentos para a Ásia estão crescendo e mais que compensando a perda nos demais mercados. Dessa forma, não se materializaria a perda de até dois pontos percentuais no crescimento brasileiro pelo choque externo, como apontavam as estimativas mais pessimistas.

Mas não serão os R\$ 4 bilhões a mais no orçamento do Ministério da Infraestrutura que colocarão o país para “voar”, afirmou o ministro. Ele citou a estimativa de Tarcísio, de que há perto de R\$ 250 bilhões em investimentos privados aguardando oportunidade para vir ao Brasil.

Além disso, a aprovação do marco regulatório do saneamento poderá destravar R\$ 100 bilhões em investimentos. O mesmo montante seria atraído pelo fim do regime de partilha no setor de óleo e gás.

Ao insistir no acerto da política econômica, Guedes reafirmou que, antes da pandemia, a economia brasileira crescia a uma taxa de 2,4%. E que a reforma do pacto federativo proposta pelo governo funcionaria muito bem como um protocolo de combate aos efeitos da pandemia.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do programa Mais Brasil promove a descentralização de recursos para Estados e municípios, exatamente como está sendo discutido nesta semana com o Senado Federal. A ideia é transferir R\$ 130 bilhões. Como contrapartida, os salários do funcionalismo serão congelados por um ano e meio.

Braga Netto disse que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) convidou o Brasil para liderar o grupo que trata da recuperação econômica pós-pandemia. O país será usado como exemplo, informou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

É aposentado? Veja como é fácil quitar suas dívidas!

PB CONSIGNADO DO PARANÁ BANCO

O poço tributário

A saída para diminuir longos processos deve contemplar a possibilidade de acordos antes ou no início da autuação

Por Edson Luiz Vismona

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Há décadas identificamos o chamado “Custo Brasil” como fator de perda da competitividade em comparação com outros países.

As empresas demonstram que “da porta para dentro” são competitivas, o problema estaria nos custos “da porta para fora” e, nesse contexto, a questão tributária sempre é apontada como uma das causas.

A saída para diminuir longos processos deve contemplar a possibilidade de acordos antes ou no início da autuação



O poder público aumenta os gastos e busca meios para ampliar a arrecadação. O contribuinte não consegue arcar com o tamanho do Estado, mas as despesas obrigatórias e vinculadas crescem. A margem orçamentária se estreita e a criatividade tributária foi sendo estimulada, com a instituição de novos tributos e obrigações acessórias, gerando um emaranhado de leis, decretos, instruções normativas que desafiam a compreensão do nosso sistema tributário.

O resultado desta equação é a carga tributária que consome 35% do PIB e os investimentos e a qualidade dos serviços prestados não são proporcionais aos gastos públicos. A conta não fecha.

Com esse panorama a reforma tributária é sempre lembrada. Porém, qual reforma tributária? Deve ser mais restrita ou mais abrangente? Qual a conta e quem vai pagar mais? Não temos as respostas, o que causa grande apreensão nos segmentos produtivos e no contribuinte em geral.

De outro lado, juristas, advogados e especialistas do mercado apontam para um outro ponto que não vem sendo discutido e tem grande importância, o tamanho do contencioso tributário do Brasil. Qual o montante do passivo tributário da União?

Com o objetivo de apurar o montante do contencioso da União (em discussão nas esferas administrativas e judiciais), compará-lo com outros países e indicar caminhos para a solução, a consultoria EY realizou um estudo a pedido do ETCO.

O resultado mostrou que, analisando os dados do tesouro da União, o passivo tributário é de R\$ 3.4 trilhões (metade do PIB). Esse montante cresce todos os anos e mais, houve um incremento das representações fiscais para fins penais de 5% em um ano (2017 para 2018) e o valor dos créditos lançados aumentou 68% (2016 para 2017). O processo, se for linear, até última instância judicial, o tempo médio é de 19 anos e dois meses.

Na comparação com Estados Unidos, México, Alemanha, Portugal, Índia e Austrália, analisados pelo trabalho, nenhum chega perto da realidade brasileira, ou seja, erramos completamente no tratamento dado à cobrança de tributos.

Esses dados demonstram que estamos em um poço e que em vez de procurarmos uma escada para sair dessa situação, estamos, na verdade, com uma pá, aprofundando e aumentando este passivo. O Fisco necessita de recursos e o contribuinte, a grande maioria, quer permanecer em dia com suas obrigações, ou seja, um precisa receber, o outro quer pagar, mas o mecanismo existente não possibilita uma saída rápida e eficaz.

Pelo estudo, constata-se que no Brasil, o contribuinte com frequência é punido com multa agravada em 150% e representações fiscais para fins penais, criminalizando seus atos. Em um sistema caótico, que muitas vezes nem o Fisco entende, evidente que as divergências são comuns e em caso de erro na fiscalização, ao invés de uma reavaliação, o contribuinte é levado para defesa nas instâncias administrativas e judiciais. Resultado, o contencioso cresce.

Esta situação, por mais absurda que possa parecer, não atende ao Fisco e nem ao contribuinte regular, mas é ótima para o chamado devedor contumaz, aquele que se estrutura para nunca pagar impostos e que utiliza todas as possibilidades processuais para tanto e, assim, aumentar em muito suas margens de lucro, corroendo a competitividade e lesando o fisco em bilhões.

A saída para diminuir os longos e custosos processos contenciosos deve contemplar, primeiro, a inversão da ordem que existe hoje no Brasil, viabilizando a possibilidade de um acordo antes ou no início da autuação. Os Estados Unidos, Austrália, Alemanha, Portugal e México adotam essa postura e na Índia existe a solução de conflitos de casos mais complexos.]

O Fisco norte-americano, por exemplo, reconhecido pelo seu rigor, adota procedimentos rápidos de mediação e arbitragem. O objetivo é acertar o valor devido e receber.

Em segundo lugar, para o trilionário passivo existente, deve ser viabilizada, com toda a legalidade, transparência e controle, a possibilidade de acordos que acelerem o efetivo pagamento, regularizando a situação de grande parte dos contribuintes e regulamentando, finalmente, os artigos 171 e 156, inciso III do Código Tributário Nacional. A Lei 13.988/2020 indica esse sentido. A estimativa é que R\$ 900 bilhões poderiam ser arrecadados. Com o parcelamento, por exemplo, em dez anos, o Fisco

federal teria R\$ 90 bilhões ao ano, mais do que foi previsto pela reforma previdenciária.

Por fim, para combater a ação dos devedores contumazes, que não devem ser confundidos com devedores eventuais ou até mesmo reiterados - esses deixam de pagar impostos por dificuldades econômicas - o primeiro nunca paga impostos, aliás, a sonegação compõe o seu desproporcional lucro, é que defendemos a aprovação do PLS 284/17 que está em tramitação final no Senado Federal, tipificando quem deve ser considerado como devedor contumaz, com o exato enquadramento pelo Judiciário.

Em suma, é urgente que discutamos a relação Fisco - contribuinte, valorizando aqueles que agem de boa-fé e punindo os que dolosamente os que fazem de tudo para não cumprir com suas obrigações. Não podemos mais permanecer nesse poço que traga os recursos financeiros do Fisco e dos contribuintes.

Edson Luiz Vismona é presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO, foi secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2000/2002).

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Você já pensou em usar Header Bidding para monetizar seu site?
ALRIGHT

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler isso!
FITO CÚRCUMA



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Sacrifício desigual

Trabalhador “comum” será mais penalizado na crise que servidor público

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A contrapartida que o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer de Estados e municípios para que recebam ajuda financeira do governo federal chega a ser surrealista. No momento em as receitas estaduais e municipais estão em queda livre e as empresas privadas demitem, reduzem salários e suspendem contratos de seus trabalhadores, Guedes propõe que os servidores públicos fiquem apenas sem reajuste salarial durante 18 meses. Ou seja, até o fim de 2021. Em 2022, que será um ano de eleições gerais, eles poderão ter aumento salarial.

Se este é o sacrifício possível a ser exigido dos servidores, em meio a uma situação de calamidade pública, em que milhares de pessoas estão morrendo e outros milhares perdendo seus empregos, então as propostas de emenda constitucional 186 e 188, encaminhadas no ano passado por Guedes ao Congresso, não irão prosperar. As duas preveem medidas muito mais duras para o funcionalismo, como forma de ajustar as contas públicas. Elas autorizam, por exemplo, a redução da carga de trabalho e a conseqüente diminuição dos salários.

Trabalhador será mais penalizado na crise que servidor



As medidas das PECs não teriam validade por apenas 18 meses, mas, no caso da União, até que o governo voltasse a cumprir a chamada “regra de ouro” das finanças públicas e, no caso dos Estados e municípios, até que as despesas correntes ficassem abaixo de 95% das receitas correntes. O prazo de vigência das medidas, portanto, seria o do ajuste das contas públicas. A “regra de ouro” é aquela que proíbe o aumento do endividamento público para o pagamento de despesas correntes.

Ainda em março deste ano, quando a Câmara dos Deputados começou a discutir a chamada “PEC do Orçamento de Guerra”, uma das ideias apresentadas foi a redução da remuneração dos servidores, como medida indispensável para fazer frente às despesas que a União, os Estados e os municípios teriam com o combate à pandemia. Era também considerada importante para igualar a situação dos funcionários públicos com a dos trabalhadores da iniciativa privada, que sofrerão perda de renda durante a crise.

A discussão foi liderada pelo próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mas contou sempre com a concordância e o estímulo da área econômica do governo. Maia tinha interlocutor constante na equipe e o texto estava sendo redigido em comum acordo. Uma versão da PEC, divulgada com exclusividade pelo **Valor**, dizia que as remunerações seriam reduzidas em 30% e esse dispositivo teria validade até 2023.

As corporações de servidores reagiram imediatamente à proposta, antes mesmo dela ser oficialmente formalizada. Representantes de entidades dos magistrados foram ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. Dele, ouviram que as propostas de redução da remuneração dos servidores estavam “paralisadas”

e só voltariam à pauta caso houvesse consenso entre os Poderes, como informou o **Valor**. Os juízes não aceitavam redução de salários.

A equipe de Guedes descobriu também que o próprio presidente Jair Bolsonaro era contrário à proposta. Uma redução de remunerações teria de incluir também os militares. Em entrevista à TV CNN Brasil, no mesmo dia da demissão do ex-ministro da Justiça Sergio Moro, Bolsonaro acusou o presidente da Câmara de querer fazer “um confisco” de 25% nos salários dos servidores, o que ele considerou inadmissível. Com a reação de Bolsonaro, Guedes foi obrigado a recuar e terminou fazendo a proposta de congelar, por dois anos, os salários dos servidores. Com isso, o assunto saiu da “PEC do Orçamento de Guerra”.

O fato é que, no pós-crise, os desafios serão imensos na área fiscal. Com as medidas que estão sendo adotadas, os principais analistas de mercado estimam que o déficit primário da União deverá ficar em torno de R\$ 600 bilhões neste ano. Desde 2014, o setor público apresenta déficit primário em suas contas e elas continuarão no vermelho ainda por vários anos.

A dívida pública bruta poderá sair de 76,8% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano passado, para perto de 90% do PIB, este ano, de acordo com projeções de analistas do mercado. A Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta que ela chegará a 100% do PIB em 2030.

Como fazer um ajuste fiscal que coloque a dívida pública em uma trajetória sustentável e produza superávit primário, sem atingir os servidores? Antes da pandemia, a solução apontada pela equipe econômica era a aprovação das PECs 186 e 188. As duas estão sendo discutidas no Senado. Mas, se mesmo durante a pandemia não está sendo possível exigir um sacrifício dos servidores maior do que não conceder reajuste salarial por um período de tempo, como esperar que o Congresso Nacional aprove um cardápio de medidas mais duras?

O governo terá que promover também uma nova e ampla renegociação das dívidas estaduais e municipais, pois os Estados e municípios, por decisão do STF, não estão pagando seus débitos com a União nem com os bancos públicos, neste momento de calamidade pública. Tudo isso terá que ser objeto de uma difícil negociação, que envolverá, certamente, contrapartidas por parte de Estados e municípios.

O ingrediente que torna ainda mais nebuloso o pós-crise é a autorização dada pelo ministro Celso de Melo, do STF, para a abertura de investigação, por parte do Ministério Público, das acusações feitas pelo ex-ministro Sergio Moro ao presidente da República. O ministro do Supremo Gilmar Mendes estimou que o inquérito poderá durar 90 dias. Até lá, o país viverá a expectativa de saber se o procurador-geral da República, Augusto Aras, terá elementos suficientes para apresentar denúncia contra Bolsonaro.

Para alguns, as acusações de Moro poderão ter o mesmo efeito sobre as reformas econômicas que as acusações de Joesley Batista contra o ex-presidente Michel Temer, em maio de 2017. Naquela época, a reforma da Previdência ficou paralisada. Se o procurador-geral apresentar denúncia contra Bolsonaro, a Câmara dos Deputados terá que decidir se autoriza a abertura do processo. Neste cenário, que coincidirá com o fim do ano, a crise será jogada para 2021, com consequências imprevisíveis para a agenda de reformas.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler isso!

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Carros para quem quer parecer rico

LUPA TIMES

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora

LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

GAME OF GLAM

Trava a compra de créditos deve sair da PEC do Orçamento de guerra

Exigência de manutenção dos empregos para compra de títulos de crédito pelo BC deve ser retirada do texto

Por **Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto** — De Brasília

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que a proposta de emenda constitucional (PEC) que trata da segregação do Orçamento, também conhecida como PEC do Orçamento de guerra, será modificada para retirar a exigência de manutenção dos empregos para compra de títulos de crédito pelo Banco Central. Para ele, mesmo que deputados façam a alteração, o texto não precisará ser apreciado novamente pelos senadores.

“Esse é um texto que inviabilizar a utilização desse instrumento pelo Banco Central. A empresa que emitiu o título já recebeu o dinheiro, ele já está circulando no mercado. Imagina você bloquear a intervenção do BC, dizendo que a empresa terá que garantir empregos. Que empresa terá que garantir os empregos? A empresa que emitiu o título, já ganhou o dinheiro, ela não faz parte do mercado secundário”, afirmou Maia.

A PEC dá poderes ao Banco Central para comprar títulos de crédito das empresas no mercado secundário, com o objetivo de aumentar a liquidez durante a crise econômica. Enquanto a proposta tramitava no Senado, os parlamentares condicionaram essa compra à manutenção dos empregos pelas empresas.

Segundo Maia, o relator da PEC na Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou que pretende excluir essa contrapartida. Na avaliação do parlamentar

do DEM, essa exclusão, se mantidos os outros dispositivos, não deve levar a PEC a ser votada novamente no Senado. Por se tratar de uma proposta de emenda constitucional (PEC), o mesmo texto precisa ser aprovado pelas duas Casas antes de ir à promulgação.

“A assessoria técnica da Câmara acha que não precisa de nova votação, mas isso dependerá da decisão do presidente do Congresso [o senador Davi Alcolumbre]”, explicou Maia.

O presidente da Câmara comentou que a exigência de rating mínimo para compra dos títulos deve ser mantida. “Acho que a questão do rating está errada, que inviabiliza a participação de micro, pequenas e médias empresas. Mas é minha opinião, o Banco Central diz que não e, como tenho muita confiança na equipe do BC [vamos deixar esse ponto]”, disse.

Alinhados com Maia, parlamentares da oposição tem tentado convencer o relator a retirar esse trecho do texto. Caso isso não ocorra, eles devem apresentar destaques para que a exigência seja retirada. Assim como o presidente da Câmara, os opositores acreditam que o trecho restringe o alcance da medida.

Parlamentares ainda tentam convencer Motta a fazer alterações no texto permita que o BC também possa comprar títulos de crédito das empresas do mercado primário.

O relator ainda não apresentou a nova versão de seu parecer. De acordo com Maia, o relatório está sendo construído em acordo com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e que pretende vota-lo em dois turnos “no máximo na segunda-feira”.

Para que uma PEC seja aprovada, é necessário o apoio de pelo menos 308 deputados em duas votações. Caso a proposta seja aprovada pela Câmara, é promulgada em sessão do Congresso Nacional, sem necessidade de sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Venda de imóveis recua, mas ministro volta a prometer R\$ 1 tri

Paulo Guedes diz novamente que dinheiro pode ser usado para abater dívida pública

Por Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, retomou o discurso de que pode vender R\$ 1 trilhão em imóveis para abater dívida. Mas o desempenho da União na venda de ativos piorou no ano passado em relação a 2018. De acordo com dados do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado ao Congresso neste mês, essas receitas somaram R\$ 3,97 bilhões em 2019, ante R\$ 5,70 bilhões no último ano do governo Michel Temer, queda de 30,3%.

A maior parte dos recursos obtidos foi de venda de bens móveis (como máquinas, aparelhos, equipamentos, móveis e veículos, com R\$ 3,8 bilhões, enquanto os imóveis somaram R\$ 140 milhões. Em 2018, só as vendas de imóveis somaram R\$ 200 milhões, mas o grande movimento de receita naquele ano foi na rubrica alienação de “ativos intangíveis”, que o documento não detalha quais seriam.

Segundo o Ministério da Economia, em postagens nas redes sociais com uma fala de Paulo Guedes, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados, Salim Mattar, apresentou ao presidente Jair Bolsonaro dados que mostraria que o valor dos imóveis da União teriam valor de venda da ordem de R\$ 1 trilhão. “Se acelerarmos a venda de imóveis, podemos reduzir bastante a dívida pública”, disse Guedes.

Apesar de ter dito que os dados foram atualizados, os números são semelhantes aos que já eram falados por ele desde a transição de governo, ainda em 2018. Guedes citou também um suposto o valor das estatais, que estaria em R\$ 900 bilhões. Segundo ele, os dois grupos somados representam quase metade da dívida pública.

Os dados desempenho do governo no ano passado deixam claro que para chegar no trilionário número do ministro, o governo precisará melhorar dramaticamente a sua performance. E isso teria que ocorrer em um ambiente econômico pior, dado o empobrecimento no Brasil e no mundo gerado pela pandemia.

“O ministro prometeu na campanha e essa agenda não andou. Por que a gente vai achar que vai andar agora, com um ambiente econômico pior? É uma agenda complicada. E quem entende de contas públicas percebe que os valores são inconsistentes com a realidade”, disse o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco. “E o primeiro ano da gestão dele provam que esses números estão fora da realidade. Como coloca R\$ 1 trilhão à venda, de onde vem esse dinheiro? Quem vai comprar?” Ele também aponta que no caso das empresas estatais há vetos à venda de importantes empresas, como Petrobras e BB.

A postagem do ministério com a fala do ministro foi associada à votação da Medida Provisória 915, que modifica as regras para a venda de imóveis da União. Próxima de perder a validade, a MP entrou na pauta de votações da Câmara dos Deputados de ontem.

“O texto possibilita o uso de um novo modelo de negócios dentro do governo, que permite à administração alavancar as operações de vendas de forma descentralizada”, apontou a pasta.

Além das vendas de imóveis e estatais, Guedes também conta com a redução de parte das reservas internacionais para abater a dívida pública, que deve disparar com ação de combate ao coronavírus. São cerca de US\$ 360 bilhões, o que daria perto de R\$ 2 trilhões. Ele lembrou que parte desse colchão de dólares foi utilizada no ano passado para reduzir a dívida e o mesmo poderia ser feito em 2020.

Ao mesmo tempo, afastou o uso desses recursos para financiar investimentos. Explicou que as reservas são ativos que o Brasil tem “contra o mundo”, ou seja, para enfrentar ataques especulativos. “Não dá para fazer estradas.”

Embora Mattar tenha mostrado a Bolsonaro o potencial das privatizações e desestatizações, esse é um programa que não deverá avançar em 2020. Mattar admitiu que, com a crise, não há condições de mercado para vender ações.

Mesmo assim, a atenção ao programa de privatizações continua. Ontem, Guedes reuniu-se com o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Neto, para discutir os rumos da Telebras. Mas, segundo informações da área técnica, há resistências do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, em privatizar a empresa. A reunião foi inconclusiva.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Transferências internacionais com a melhor taxa do mercado

REMESSA ONLINE

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler isso!

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Carros para quem quer parecer rico, prepare-se

LUPA TIMES

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora

LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora

GAME OF GLAM

Soma de notas fiscais cai 24% na quarentena

Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios leva em conta 18 Estados e Distrito Federal

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

30/04/2020 05h01 · Atualizado há 51 minutos

O valor total das notas fiscais eletrônicas ao consumidor (NFC-e) emitidas em 18 Estados e no Distrito Federal encolheu 24% em média desde o início da quarentena, segundo mostra estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O recuo ao longo do período de 35 dias terminado na terça-feira (28) aponta para uma queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Pela Constituição Federal, 75% da arrecadação do ICMS ficam com os governos estaduais e os 25% restantes vão para os cofres das prefeituras. A estimativa de técnicos da CNM é de que a receita do tributo caia de 25% a 30% enquanto perdurarem as medidas de isolamento social e paralisação parcial de atividades econômicas.

- **Dívida bruta só voltará ao nível pré-crise em dez anos, diz BofA**

No cenário mais otimista, as perdas na arrecadação de ICMS somariam R\$ 37,5 bilhões entre abril e setembro, na comparação com o mesmo período de 2019. Já as projeções mais pessimistas indicam impacto negativo de R\$ 56,3 bilhões.

As estimativas se baseiam não só no volume financeiro de notas fiscais eletrônicas emitidas na venda de produtos ou serviços ao consumidor final (do tipo NFC-e). Foram computados também os valores das notas fiscais eletrônicas (NF-e), que abrangem outras transações de compra e venda (entre empresas, por exemplo). As